

VIOLÊNCIA DOMÉSTICA: AS CONSEQUÊNCIAS PSICOLÓGICAS GERADAS EM CRIANÇAS NA PRIMEIRA INFÂNCIA



Maria De Jesus Nascimento Da Costa
Milena Pereira Pinheiro



EDITORA CONHECIMENTO LIVRE

Maria de Jesus Nascimento da Costa
Milena Pereira Pinheiro

Violência Doméstica: As Consequências Psicológicas Geradas em Crianças na Primeira Infância

1ª ed.

Piracanjuba-GO
Editora Conhecimento Livre
Piracanjuba-GO

1ª ed.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Costa, Maria de Jesus Nascimento da
C837V Violência Doméstica: As Consequências Psicológicas Geradas em Crianças na Primeira Infância

/ Maria de Jesus Nascimento da Costa. Milena Pereira Pinheiro. – Piracanjuba-GO

Editora Conhecimento Livre, 2022

51 f.: il

DOI: 10.37423/2022.edcl452

ISBN: 978-65-5367-070-9

Modo de acesso: World Wide Web

Incluir Bibliografia

1. violência 2. doméstica 3. criança I. Costa, Maria de Jesus Nascimento da II. Pinheiro, Milena Pereira III. Título

CDU: 150

<https://doi.org/10.37423/2022.edcl452>

O conteúdo dos artigos e sua correção ortográfica são de responsabilidade exclusiva dos seus respectivos autores.

EDITORA CONHECIMENTO LIVRE

Corpo Editorial

Dr. João Luís Ribeiro Ulhôa

Dra. Eyde Cristianne Saraiva-Bonatto

MSc. Frederico Celestino Barbosa

MSc. Carlos Eduardo de Oliveira Gontijo

MSc. Plínio Ferreira Pires

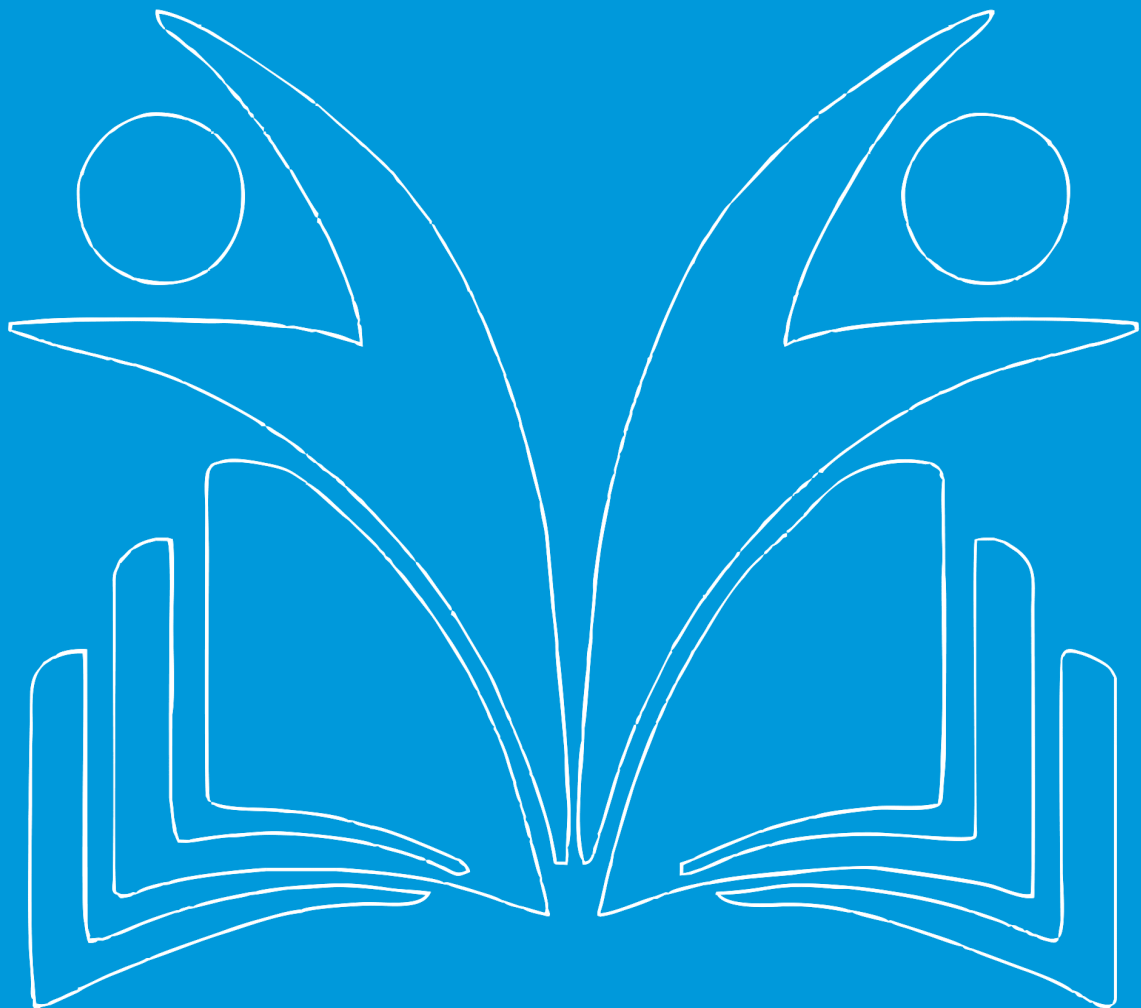
Editora Conhecimento Livre

Piracanjuba-GO

2022



10.37423/2022.edcl452



Eu, Maria, dedico este trabalho:

A todas as crianças que tiveram seus sonhos, suas vidas, assim como seu futuro interrompidos, pelo fato de a violência doméstica se fazer presente em seus lares, e com todo apoio não conseguiram superar os traumas causados.

As mães que optaram pelo casamento infeliz, acreditando na ilusão que um dia seria diferente, acontecendo de forma pior futuramente.

E aos conselheiros e juizados que mesmo com pouco, estão na luta para salvar o futuro de nossas crianças indefesas.

Eu, Milena, dedico este trabalho:

A todas as crianças que não são ouvidas e muitas vezes esquecidas, ao bem estar de crianças que vivenciam episódios de violência em casa e não recebem apoio emocional e acabam sofrendo sozinhas.

Dedico ainda a todos os profissionais de saúde mental que lutam para salvar o futuro e ajudar a cicatrizar feridas consequentes desse terrível mal que por muitas vezes, destrói o futuro de nossas crianças.

AGRADECIMENTOS

Eu, Maria agradeço primeiramente a Deus, por ter chegado até aqui, aos meus professores que foram intermediários do conhecimento adquirido, ao meu filho Rondinelli que foi meu grande apoiador e incentivador que partiu em dezembro de 2018, e aos meus filhos Bruna e Rogério.

Assim como meu marido Edivan que tanto me apoiou, principalmente com sua gasolina. Gostaria também de agradecer a garra e a força e coragem que permitiram chegar até aqui, de 2017 para cá, muita coisa mudou em minha vida.

A luta foi grande, árdua e com toda certeza, a Maria que hoje fala não é a mesma que foi recepcionada pelo querido professor de Teoria e Sistemas.

Gostaria de agradecer a cada colega que me ajudou, quando senti dificuldade em algum conteúdo (não foi fácil), pois ingressar em uma faculdade aos 49 anos não é fácil.

E por fim, gostaria de agradecer a minha amiga e dupla Milena, que nas horas difíceis caminhamos lado a lado mutuamente.

É chegado o momento de dizer obrigada a muitas pessoas que me apoiaram, ajudaram e me deram forças pra chegar até aqui, quero agradecer a minha amiga e colega de curso Mônica por sempre me estender a mão e me incentivar quando quis desistir do curso e a minha dupla de TCC Maria de Jesus, por seu otimismo e incentivo.

A minha mãe Deize, que sempre lutou sozinha e fez do meu sonho o dela, e não mediu esforços para que nada faltasse durante a minha jornada acadêmica, e ao meu namorado Emanuel que nunca me deixou desistir dos meus sonhos e sempre me incentivou, e sempre acreditou no meu sucesso, a eles, meu muito obrigada.

Agradeço também, aos meus professores do curso, que de alguma maneira despertaram em mim, o desejo ainda maior de continuar prosseguindo durante o curso.

E por fim, ao governo federal, que me por suas oportunidades ofertadas, me permitiu ingressar na faculdade, que inicialmente parecia impossível.

Atenciosamente, Milena.

EPÍGRAFE

Não me cabe conceber nenhuma necessidade tão importante durante a infância de uma pessoa que a necessidade de se sentir protegido por um pai.

Sigmund Freud

Resumo: Esta monografia teve como objetivo geral, investigar as consequências psicológicas que a violência doméstica ocasiona em crianças durante a primeira infância, incluindo situações quando são alvo direto de alguma agressão, e quando observam a violência entre os pais. A modalidade da pesquisa foi totalmente bibliográfica. Foi feita uma seleção de artigos e livros publicados até 2021, sobre as práticas de violência doméstica e como isso afeta o desenvolvimento psicológico e emocional de crianças durante a primeira infância, respondendo a problemática: Quais os impactos psicológicos consequentes da violência doméstica em crianças na primeira infância? Nesta monografia também serão apresentados: O desenvolvimento da criança durante a primeira infância, a história da violência doméstica contra a criança, violência doméstica e seus impactos psicológicos, um breve histórico sobre políticas públicas de atenção à saúde mental da criança, o papel do psicólogo e seus desafios e a atuação do psicólogo em casos de crianças vítimas de violência. A partir dos levantamentos, há a indicação de muitos prejuízos no desenvolvimento, físico, emocional, cognitivo e o psicológico que acaba interferindo no bem-estar e qualidade de vida, deixando marcas a longo prazo que perpetuam ao longo da vida adulta.

Palavras chaves: violência doméstica, criança, primeira infância, consequências psicológicas

Sumário

INTRODUÇÃO	9
1. DESENVOLVIMENTO DA CRIANÇA DURANTE A PRIMEIRA INFÂNCIA	10
1.1 DESENVOLVIMENTO CEREBRAL DURANTE A PRIMEIRA INFÂNCIA	14
2. HISTÓRIA DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA A CRIANÇA	15
3. VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E SEUS IMPACTOS PSICOLÓGICOS	20
4. POLÍTICAS PÚBLICAS DE ATENÇÃO À SAÚDE MENTAL DA CRIANÇA: UM BREVE HISTÓRICO	25
5. O PAPEL DO PSICÓLOGO E SEUS DESAFIOS	29
6. A ATUAÇÃO DO PSICÓLOGO EM CASOS DE CRIANÇAS VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA.....	32
METODOLOGIA.....	35
ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DE DADOS.....	37
REFERÊNCIAS	43

INTRODUÇÃO

A monografia aqui apresentada aborda a temática violência doméstica: As consequências psicológicas geradas em crianças na primeira infância e traz a problemática: Quais são os impactos psicológicos consequentes da violência doméstica na primeira infância? A violência doméstica contra crianças é um problema que sempre fez parte da humanidade e mesmo que existam leis que as protegem, ainda assim, continua sendo uma realidade que ainda precisa de muitos esforços para ser extinta. As consequências psicológicas são evidentes e um grave problema em seu desenvolvimento.

Como pode-se perceber, a questão da violência doméstica ainda é um problema mundial e crescente, onde inúmeras crianças estão expostas a acontecimentos violentos e sujeitas a consequências psicológicas devastadoras. O enfrentamento deste terrível problema requer atenção e ações que surtam efeitos positivos. Muitos estudos apontam a violência doméstica como uma das principais causas de danos psicológicos em crianças, a violência doméstica é uma forma de maltratar a criança. Há um grande número de pessoas com depressão e baixa autoestima.

A violência doméstica sempre vem acompanhada de negação e segredo, assim, muitos casos não chegam ao conhecimento do Ministério da saúde, e outros inúmeros casos quando chegam já é sofrido há anos, dificultando o sucesso das intervenções.

Muitas crianças com problemas psicológicos relatam que sofreram algum tipo de violência, umas foram agredidas fisicamente ou de outras formas, e outras observaram suas mães sendo espancadas. Crianças tem afeto e carinho pelos pais, e ao observar um deles sendo agredido passam a ter um sentimento de raiva ou culpa.

Nenhum filho gostaria que houvessem brigas ou algum tipo de violência em seu lar, no entanto fica claro que a violência doméstica, seja de qual forma acontece, acaba resultando problemas emocionais, mentais e psicológicos. Esta monografia tem como objetivo principal investigar consequências psicológicas que a violência doméstica ocasiona nas crianças.

A violência doméstica pode ser encontrada de várias formas, seja física que as vezes é a mais perceptível, ou psicológica que deixa marcas a longo prazo e influem problemáticas que causam danos que perpetuem em vários âmbitos da vida da criança.

O papel da família é a de lar, é o primeiro lugar em que nos inserimos e a esta instituição, devemos considerar que todas as influências que recebemos será preponderante. Frequentemente crianças se

tornam vítimas de algum tipo de violência doméstica, os infelizes acontecimentos de violência, comumente são protagonizados por pessoas próximas, como os pais ou responsáveis

O ambiente familiar é o primeiro local de aprendizagem e formação social de qualquer criança, sendo assim as experiências vividas nele podem ser determinantes em suas vidas. Crianças expostas a violência tem consequências negativas em seu desenvolvimento, sendo o mais prejudicial em seus níveis psicológicos interferindo em seu bem-estar e qualidade de vida e as sequelas podem persistir ao longo da vida adulta.

Crianças são vulneráveis por não terem meios de se defender e mesmo que não sejam o alvo de uma agressão, ao assistirem os episódios de violência sofrerão consequências e ficarão traumatizadas psicologicamente.

A modalidade escolhida para esta monografia, foi uma pesquisa totalmente bibliográfica, a partir de referências teóricas devidamente registradas e publicadas por meio de artigos científicos e livros disponibilizados virtualmente nos indexadores de produção científica Scientific Eletronic Library Online (SciELO) Portal de Periódicos Eletrônicos de Psicologia (PePSIC) e Google acadêmico.

Desta forma, a monografia apresentará nos seguintes capítulos: o desenvolvimento da criança durante a primeira infância, a história da violência doméstica, violência doméstica e seus impactos psicológicos, um breve histórico sobre políticas públicas de atenção à saúde mental da criança, o papel do psicólogo e seus desafios e a atuação do psicólogo em casos de crianças vítimas de violência

1. DESENVOLVIMENTO DA CRIANÇA DURANTE A PRIMEIRA INFÂNCIA

O desenvolvimento humano, fundamenta-se principalmente em dois processos interdependentes e dialógicos, o biológico e o psicológico sociológico, o primeiro refere-se ao processo interno do sujeito e que ocorre durante o processo genético e da maturação cerebral, estando ligado a mudanças que acontece no próprio cérebro do sujeito para que ocorra evoluções cognitivas e psíquicas (CRESPI, 2020).

De acordo com Papalia e Feldman (2013) o desenvolvimento humano, mais precisamente o desenvolvimento infantil, desde a concepção, o ser humano tem um processo de transformação que permanecerá até o fim de sua vida. Uma única célula se desenvolve até se transformar em um ser vivo, um ser que respira, anda e fala.

Apesar de essa única célula se transformar em um único ser que se tornará um indivíduo único, com características exclusivas e com transformações que só ele irá experimentar, o tornará com certos padrões comuns. Os bebês crescem e depois se tornam adultos, igualmente as características humanas se tornam padrões comuns. (PAPALIA; FELDMAN, 2013)

A chamada primeira infância, é a fase que vai do nascimento até os 6 anos de idade, nesse período, é de extrema importância que haja uma boa relação entre pais e filhos, pois a criança está aprendendo a lidar com suas emoções, explorando o mundo e aprendendo também a confiar no adulto.

A primeira infância é conhecida como a etapa que se inicia o desenvolvimento humano, desde a concepção até os seis anos de idade, e se trata de um período de significativas mudanças fisiológicas, biológicas e sociais e comportamentais (CRESPE, 2020).

A criança encontra-se no início de seu desenvolvimento e na fase onde grandes partes das habilidades são adquiridas, como descreve Dos Santos et al, (2019):

A criança é um ser que se encontra no início de seu desenvolvimento e na fase em que grande parte das potencialidades é adquirida. Para que o processo de maturação aconteça de maneira natural, são necessárias condições favoráveis. Neste sentido salienta-se a importância de um ambiente facilitador, adaptado as necessidades físicas e emocionais da criança, possibilitando-lhes boas condições como segurança, afeto, abrigo e alimentação adequada. A ausência desse ambiente pode retardar o amadurecimento emocional desse indivíduo. (DOS SANTOS, 2019 p. 68.)

Se a criança tem uma infância saudável, consequentemente será um adulto saudável, e os primeiros anos de vida são de extrema importância para o desenvolvimento físico, emocional e cognitivo para as crianças. De acordo com Venâncio (2020) Durante a gestação e os primeiros anos de vida, ocorre um rápido desenvolvimento do cérebro, e é durante esse período que são formados os chamados circuitos neurais por meio de estímulos e relações de vínculo.

É notório que os primeiros anos são bases para o resto da vida, e se uma criança é bem cuidada, gerações melhores virão. Durante a primeira infância, a criança encontrasse desenvolvendo suas crenças e valores, nesse sentido é importante que a criança cresça em um ambiente facilitador, onde a criança possa explorar e aprender a lidar com todas as emoções e que atendam todas as suas necessidades.

Para Dos Santos et al, (2019) Para que a criança se desenvolva da melhor forma, a família deve ser percebida como uma forma de cuidado, abrigo, segurança, compondo um dos principais suportes da

vida do indivíduo. Sabe-se que as relações entre pais e filhos contribuem de forma significativa do desenvolvimento da criança, na busca de novos caminhos e na construção de sua identidade.

A oportunidade de uma criança desenvolver suas potencialidades, como exercer sua capacidade de pensamento, imaginação e relação de vínculos sociais não depende só das necessidades básicas, como moradia, acesso a saúde, mas também da família, onde acontece os primeiros contatos da criança. (MACANA, 2014).

Para Young (2010) durante a primeira infância são estabelecidos padrões de comportamento, competência e aprendizagem e os fatores sociais, a partir de então, modificam a herança genética e surgem circuitos para lidar com o estresse.

Durante a primeira infância, todos os bebês apresentam os mesmos padrões de desenvolvimento, cada bebê desde o início exibe uma certa personalidade ou que virá a combinar relativamente com seus pensamentos, comportamentos, emoções, todas as características que torna a pessoa única.

De um modo geral, definirá se a criança irá ser alegre, ou se irá se irritar com facilidade. (PAPALIA; FELDMAN, 2013).

O ambiente em que a criança se encontra, certamente também irá ter grande impacto em seu desenvolvimento, habilidades, relações sociais, este ambiente pode determinar como a criança irá reagir, se expressar e entender o mundo a sua volta.

Para Boyd e Bee (2011) na visão de Piaget, um bebê assimila as informações que recebe, em uma limitada matriz que recebe assim que nasce, olhar, escutar, sugar. Durante essa fase, podemos falar do período sensório- motor, onde a criança desenvolve a inteligência sensório- motora.

É importante investir na primeira infância pois as experiências nela vivenciadas ou adquiridas podem ser preponderantes. A criança que teve seu desenvolvimento saudável, terá facilidades em múltiplas dimensões, como a facilidade em adaptar-se a novas mudanças, facilidade em adquirir novos conhecimentos e também será propensa a ter um bom desempenho escolar e realizações pessoais.

Ré (2011), ressalta que o processo de crescimento e maturação irá interferir nas relações sociais, afetivas, cognitivas e motoras. Será necessário adequar todos os estímulos ambientais em funções desses fatores e é extremamente necessário entender que a criança em seu desenvolvimento dependerá dos aspectos biológicos.

Como um recém-nascido é dependente, e tem seu repertório emocional ainda limitado e com necessidades físicas urgentes, os sentimentos de uma criança que são complexos e ela ainda não é capaz de entendê-los, grande parte de seu desenvolvimento dependerá de seus cuidadores (PAPALIA; FELDMAN, 2013).

Todos os estímulos que a criança receber no ambiente em que vive poderá definir o adulto que irá se tornar, é extremamente importante que a criança se sinta acolhida, segura e com todas as suas necessidades atendidas e compreendidas.

Assim será um adulto com facilidade em lidar com problemas, conflitos, terá autonomia, se tornará um ser independente, e construirá bases sólidas em sua família, com segurança. Fazendo com que suas futuras gerações também sejam saudáveis e realizados, sem precisar de muitos esforços.

De acordo com Venâncio (2020) o investimento na primeira infância, feitos em programas de qualidade de vida, tem uma alta taxa de retorno para a sociedade, além disso, investir na primeira infância é a melhor forma de evitar a pobreza, desigualdade e a construção de uma sociedade com condições sociais melhores.

É importante que a criança se desenvolva para a sociedade, pois durante a primeira infância também é estabelecido a importância da relação entre a criança e o adulto, fazendo boas relações e vínculos com seus cuidadores durante a infância.

Para Denboba et al (2014). Os investimentos na primeira infância são as melhores coisas que podem acontecer, pois a criança é um ser que se encontra em seus primeiros anos de vida, em uma janela única onde há uma oportunidade de acabar com a desigualdade no mundo.

Falhas no desenvolvimento infantil podem impedir a capacidade da criança de alcançar seu potencial de vida, intervenções nos primeiros anos tendem evitar futuras tendências negativas, oferecendo a ela, uma melhor oportunidade de ter um bom desempenho aprendizagem, um crescimento saudável, tanto físico, quanto cognitivo, e poderá ser mais produtiva ao longo de sua vida (VENANCIO, 2020).

Os primeiros anos de vida de uma criança, são a única oportunidade de melhorar os resultados da sociedade, portanto é importante que a família faça jus a isso, fazendo da criança um ser que irá se tornar um adulto saudável e com confiança em si mesmo.

1.1 DESENVOLVIMENTO CEREBRAL DURANTE A PRIMEIRA INFÂNCIA

O desenvolvimento cerebral é particularmente muito sensível durante a primeira infância, e as influências no ambiente em que a criança se encontra durante a primeira infância podem ser preponderantes, e as experiências positivas podem contribuir para que ela tenha um cérebro saudável e apto a superar as dificuldades futuramente.

O desenvolvimento cerebral que permite que a criança aprenda se inicia na gestação e tem especial relevância durante a primeira infância, entre a segunda e terceira semana, o cérebro começa a desenvolver no período uterino, seguindo com a formação das primeiras células cerebrais, os chamados neurônios. (BENTANI, et al 2014).

Para Lima e Santos (2019) o cérebro começa se desenvolver duas semanas após a formação e atinge a maturidade já na idade adulta e sobre o material genético, o pós natal é marcado por uma imensa produção de sinapse.

O estágio final, envolve uma mielinização, no qual certos anexos são envoltos em um feixe de gordura. A mielina é composta basicamente por lipídios que compõem os neurônios e facilita a compulsão do impulso nervoso.

As capacidades de aprender e lembrar, estão presentes desde os primeiros anos de vida, o cérebro e seu desenvolvimento aumentam com complexidade durante a primeira infância, o uso de símbolos e a capacidade de desenvolver problemas se iniciam por falta dos dois anos de idade. (BENTANI, 2014).

A absorção dos chamados neurônios, de acordo com a neurociência contemporânea, os primeiros anos de vida da criança são fundamentais, particularmente o de zero ao de três anos são os mais importantes para a formação das habilidades emocionais e cognitivas futuras. (MATA, 2010).

Hoje, se tem uma nova compreensão de como é fundamental que a criança vivencie experiências positivas, os estímulos agem bem antes dos primeiros 3 anos de vida e a maneira como o ambiente contribuirá em seu desenvolvimento cerebral. É partir de então que a criança criará laços afetivos, a se relacionar e ser, e desenvolve valores a partir de suas relações com a família.

Para Young (2010) O desenvolvimento do cérebro de uma criança pequena depende de estímulos do ambiente em que vive, em especial a qualidade da interação e do cuidado que a mesma recebe, a qualidade dos cuidados, inclui a realização das necessidades básicas, como assistência à saúde.

Essas assistências que estimulam a criança podem ter efeitos duradouros no desenvolvimento cerebral da criança, tanto positivos quanto negativos, quando essas assistências são atendidas nos primeiros anos da criança, pode fazer com que ela tenha autoconfiança, autonomia e maior facilidade na resolução de problemas e conflitos.

2. HISTÓRIA DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA A CRIANÇA

A violência doméstica contra crianças é considerada hoje, um problema de saúde pública, sendo uma das principais causas da mortalidade infantil, em suas várias modalidades, um problema complexo que deve ser configurado na família enquanto espaço particular.

A violência doméstica não é algo novo, há relatos de maus-tratos, abandonos e negligência no histórico da mitologia ocidental, em rituais de iniciação ou passagem para a vida adulta.

No Brasil a violência doméstica infantil faz parte da cultura, há relatos encontrados entre os anos de 30 e 80, segundo eles bater nas crianças era um ato frequente e se tratava de uma forma de punição para corrigir teimosias, desatenção na escola e essa prática funcionava como verdadeiro ato de tortura física e psicológica (AZEVEDO; GUERRA, 2003).

Na ausência de uma noção universal, para definir o termo “Violência doméstica, pode-se definir uma transgressão de sistemas, de valores e normas que se reportam em momentos sociais, culturais e históricos. (LOURENÇO; CARVALHO, 2001).

Esse fenômeno que está presente no seio de muitas famílias, sempre existiu, é o que atualmente se difere em muitas situações, mas ainda assim, se faz presente, e os conceitos refletem ainda mais na sensibilidade dos direitos sociais quanto a este fenômeno.

As atuais e importantes mudanças em configurações familiares, seguindo do processo de rápida transformação cultural, econômica e demográfica, deixou crianças mais vulneráveis a maus tratos. (JUNIOR et al, 2015).

Para Nunes e Sales (2016) a violência pode ser considerada como uso de força real ou de poder, contra o outro ou contra si próprio, que resulte em qualquer dano, seja físico ou psicológico. Mas, para qualquer tipo de violência, que é cometida contra criança não se justifica em hipótese alguma, pois ainda são dependentes de pais, família, cuidadores e da sociedade.

Segundo Martins et al (2010), historicamente, a violência contra crianças sempre esteve ligada ao processo educativo, constituindo -se um problema histórico cultural, que tem percorrido todas as décadas do século atual, em suas diferentes formas de manifestação.

Maus-tratos contra crianças são mencionados nos mais antigos livros da civilização humana, um dos livros é a própria bíblia, no qual há relatos que as crianças eram oferecidas como sacrifício para agradar a Deus. Nas civilizações antigas, os abusos a criança já eram presentes através do infanticídio, o qual era utilizado para eliminar todas as crianças que nasciam com defeitos físicos. (MARTINS; JORGE, 2010).

Para que houvesse um equilíbrio dos sexos, por motivos religiosos, como medida econômica, ou até mesmo por não aguentarem uma longa caminhada, crianças também eram mortas ou abandonadas para morrerem desnutridas ou devoradas por animais. (MARTINS; JORGE, 2010).

A literatura nos mostra um quadro não muito animador em relação a violência contra criança, com o passar dos séculos, ficou ainda mais comum casos onde a criança é vítima de forma direta, ou indireta de alguma agressão vinda diretamente de pessoas próximas a ela. (SO, 2016).

Há relatos na bíblia, há citações que falam sobre o abuso de crianças, é uma das histórias mais antigas, como no Alcorão, onde a criança era oferecida como sacrifício para agradar a Deus. (MARTINS; JORGE, 2010)

O primeiro trabalho onde é abordado a temática violência contra criança, foi uma monografia publicada em 1860, falando sobre a síndrome da criança espancada, escrita por Ambroise Tardieu, médico legista francês. (MARTINS; JORGE, 2010).

Para Moreira e Sousa (2012) a violência que acontece dentro do ambiente familiar, que se configura como violência doméstica, inclui todos os, membros de uma família e toda ação ou omissão que prejudique o bem estar da criança, seja no desenvolvimento físico, psicológico ou à liberdade do pleno desenvolvimento de um membro da família.

A violência doméstica é um problema muito frequente, então não pode ser a ela atribuída uma única causa, podemos destacar a vulnerabilidade social como um dos motivos frequentes, pois faz com que a criança seja excluída, de suas possibilidades, como creches, escolas, e também há as práticas econômicas, apesar de isso não justificar a violência, há também a negação de laços afetivos. (MARTINS; JORGE, 2010).

A maioria das definições de maus-tratos incorpora dois elementos centrais: A evidência do comportamento prejudicial à criança e a presença de danos resultantes dessa conduta. Os atos de violência podem ser praticados por omissão, supressão ou transgressão dos direitos da criança e do adolescente. (ZAMBOM et al, 2012).

Segundo Ricas e Donoso (2019), a literatura nos mostra que a violência doméstica contra crianças está ligada há vários fatores, familiares e sociais, em relação a família são citados: doença mental, principalmente dos pais, do uso de drogas, álcool, história de maus tratos na infância, violência entre os parceiros e ignorância em relação as estratégias de educação.

E sobre os fatores sociais há a presença de desigualdade social, pobreza, ausência de suporte pela justiça, aceitação cultural das práticas de violência. Como podemos perceber para que haja a prática de violência dentro do ambiente familiar, há a presença de vários fatores, fazendo que a violência se torne algo normal. (ZAMBOM et al, 2012).

Historicamente a violência doméstica contra criança sempre esteve relacionada ao processo educativo, que tem integrado um problema histórico cultural tem ultrapassado todas as gerações até os dias atuais com suas diferentes formas de expressão. (MARTINS; JORGE, 2010).

Um fato importante sobre a luta contra os direitos da criança vítima de violência doméstica, ocorreu em 1846, nos EUA, quando a criança Mary Ellen, teve que ser socorrida pela Sociedade da prevenção de crueldade aos animais, os pais adotivos de Mary Ellen a maltratavam severamente, neste mesmo ano foi fundada em Nova York, a Sociedade de prevenção de crueldades em relação a criança. (MARTINS; JORGE, 2010).

No entanto, somente em 1959, 30 anos mais tarde, obtivemos a Declaração Universal dos Direitos da Criança, proclamada pela Assembleia Geral das Nações Unidas, cujo objetivo era assegurar a criança uma infância feliz, podendo ela desenvolver de forma saudável, em seu desenvolvimento físico, mental e psicológico (MARTINS; JORGE, 2010).

No Brasil o primeiro caso de violência contra a criança ocorreu no ano de 1973, por um professor da faculdade de Ciências Médicas da Santa Casa de São Paulo, foi a partir desse acontecimento que os profissionais da saúde começaram a enxergar a violência infantil como um problema de saúde e foi um dos motivos para que surgissem leis que protegem crianças. (SOUZA; SILVA, 2015).

Dois anos depois em 1990, foi adicionado o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) a lei federal nº 8060 de 13.07.1990 que estabelece a criança direitos especiais e proteção integral.

Hoje em dia a criança já não é mais vista como um objeto, mas sim uma pessoa com direitos e deveres como qualquer outro. No entanto, a violência contra a criança ainda existe e se tornou um problema social e de saúde.

A violência doméstica possui cinco formas de manifestação e são elas física, sexual, psicológica, social e negligência. Geralmente são praticadas pelos pais ou por pessoas próximas e de confiança da criança. Vale ressaltar que crianças que sofrem algum tipo de violência nem sempre terão marcas físicas, portanto não deve ser por isso que não se dará importância, pois existem graves consequências psicológicas.

Guimarães et al, (2020) descrevem o conceito de cada tipo de violência e são eles:

Violência física: é o uso de força física, de forma proposital, não se tratando de acidentes, com o objetivo de ferir, lesionar, machucar, causar dor e sofrimento, deixando ou não marcas evidentes. Exemplos: tapas, chutes, espancamentos, queimaduras). (2020, p. 07)

Violência psicológica: É quando acontece rejeição, isolamento, exclusão, criar expectativas na criança e depois retroceder, é um tipo de violência que ocorre de forma silenciosa. (2020, p. 07)

Violência social: É a ausência do suporte biológico, social e emocional, o que são essenciais e básico para que a criança se desenvolva de forma saudável, se manifesta nos lares de países onde existe a desigualdade social. (2020, p. 07)

Violência sexual: Trata-se da violação dos direitos sexuais, seja pelo uso de força física ou não, ao se envolver em atividades sexuais inapropriadas para a sua idade e desenvolvimento. É importante lembrar que violência sexual não é somente a prática sexual genital, mas também carícias, toques, entre outros. (2020, p. 07)

Negligência: Se manifesta pela falta de cuidados emocionais sociais e físicos, omissão ou falta de observação do dever e cuidado com a criança. (2020, p. 07) 24

Com a pandemia da COVID-19 e as medidas necessárias de isolamento social, crianças e adolescentes ficaram sob um risco ainda maior de sofrer agressão física, sexual e psicológica, e há vários fatores que podem ter contribuído para que a violência se tornasse presente em muitos lares, como: a pressão

psicológica, a sobrecarga de tarefas domésticas e o estresse por ter que mudar suas rotinas radicalmente do dia para noite.

Para Marques et al (2020) No Brasil, houve a interrupção de muitas atividades, como escolas, creches, e seus pais, ficaram ainda mais estressados devido a carga de trabalho que aumentou. A convivência aumentou, fazendo que os conflitos conjugais se tornassem mais frequentes, e as crianças que também se encontravam mais presentes em casa, ao assistir todos os episódios de violência, acabaram sendo afetados psicologicamente.

A violência doméstica ainda é um problema social grave que atinge todas as classes, e precisa ser estudada de várias formas, pois em muitos casos ainda é visto como algo normal por parte dos familiares, sendo uma tradição que passa de geração para geração, contribuindo de forma negativa para o desenvolvimento humano quando acontece na infância.

Segundo Chioqueta (2014), com o passar das décadas a violência doméstica infantil apresenta cada vez mais casos denunciados a autoridade. O fato não se dá pelo grande aumento de violência em si, mas pelo aumento da movimentação social em prol da defesa da criança e do adolescente, e por atualmente o poder atuante oferecer maior garantia de direitos e defesa das vítimas.

Ainda assim, todos os tipos de violência são pouco notificados, dificultando assim o auxílio as crianças que são vítimas desse terrível problema diariamente. Uma das formas mais notificadas, é a negligência, denunciando algo que existe por trás da sociedade brasileira, que é por muitas vezes o descaso com a vida e sua fase mais importante: a infância

De acordo com a Organização Mundial da Saúde (2006), citado por Sagim (2008), inúmeras crianças relatam que são vítimas de algum tipo de violência doméstica, mas são desacreditadas, sendo assim nada é feito para reparar os danos, somente no Brasil, diariamente são registrados aproximadamente 233 casos de violência doméstica. Em Manaus, no ano de 2019, foram registrados 25, 3 mil casos.

Mesmo com todas as leis que protegem a criança, com todos os avanços, todas reflexões, ainda assim, a violência contra a criança é um problema social grave e seja de qual forma ela se manifestar, deixará marcas na criança, que durante a primeira infância se encontra em processo de construção.

Ainda se precisa de muitos esforços para que tal crueldade seja extinta para que o futuro possa ser melhor e com a pandemia da Covid -19, os casos notificados aumentaram assustadoramente, pois a criança teve que conviver por mais tempo com o agressor.

3. VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E SEUS IMPACTOS PSICOLÓGICOS

Para qualquer criança sua casa é o ambiente mais seguro e de total confiança, no entanto crianças que estão expostas a violência nesse local estão sujeitas a uma grande situação de desamparo.

O problema da violência doméstica reside no fato de a criança estar em processo de formação da mente e do caráter enquanto vítima, o que pode estar influenciando diretamente em sua maneira de pensar, agir e demonstrar.

A família sempre foi e sempre será o primeiro modelo de uma criança, a criança irá se espelhar naquilo que ela observa, como citam Ferreira, Barbosa e Faria (2021):

A família é, e sempre será, o primeiro referencial na vida de uma criança, visto que quando esta chega à escola, já traz consigo uma bagagem de aprendizado e de conceito social que adquiriu neste meio familiar e que são expressos no contexto escolar através dos colegas e professores. Partindo desse contexto, é percebido o quanto o ambiente familiar saudável é essencial para a vida de um sujeito que participa e assiste a este mundo em que vive, não só no futuro como adultos, mas também imediatamente poderá vir a repetir tudo o que foi aprendido enquanto família e interação social. Logo, um ambiente familiar violento, igualmente, terá a mesma consequência na mesma proporção de vitimização (FERREIRA, BARBOSA E FARIA, 2021, p. 11).

Por ser uma violência velada, muitas vezes não é descoberta, as crianças possuem ligação direta com seus genitores, dissociar uma situação de violência de uma forma de cuidado por ser difícil para elas, já que o jogo emocional é um dos marcos evidentes em casos de violência

Nesse sentido é importante conhecer as consequências psicológicas geradas em crianças que vivem expostas a violência, pois a violência contra criança seja de qual forma for, interrompe seus sonhos, destrói sua inocência e deixa marcas psicológicas por toda a vida, que ainda nem foi vivida.

A violência doméstica é um problema social que traz preocupação a saúde pública em todo o mundo, e o significado de violência doméstica se refere a todas formas de maus-tratos que acontecem no ambiente familiar, e as consequências psicológicas se apresentam como as mais prejudiciais podendo interferir em vários âmbitos da vida da criança. (CHIOQUETA, 2014).

É importante dizer que, dentre as consequências da vivência de abusos e violência, pode-se destacar, de modo geral, os danos relativos ao sistema neurológico, emocional, intelectual, autoestima baixa, comportamento agressivo, isolamento, dificuldade de convivência com seus pares, depressão, pensamentos de suicídio, de homicídios, sentimento de culpa, prostituição, rejeição (DAY et al, 2003)

A violência é considerada um fator de risco para que surjam o desenvolvimento de doenças, além de provocar lesões há também o risco de ocasionar sequelas como, dores crônicas, ansiedade, depressão, transtorno de estresse pós-traumático entre outros. (DIAS, 2013).

Sendo assim, tendo que conviver com seu agressor e não poder falar ou pedir ajuda, poderá resultar em inúmeros fatores de risco à criança e apresentar consequências devastadoras em seu desempenho escolar, no desenvolvimento e nas suas relações sociais (DIAS, 2013).

Os resultados da violência doméstica infantil podem ser observados nas funções cognitivas, emocionais e na dinâmica escolar e social. Os sintomas mais frequentes são comportamentos agressivos, isolamento, dificuldade de aprendizagem, falta de atenção e motivação, depressão, entre outros. Afirma ainda que os danos podem surgir imediatamente como: pesadelos repetitivos, raiva, culpa, medo de pessoas do mesmo sexo e ideação suicida (DIAS, 2013).

É na infância que os principais traços de personalidade e da mente se originam, por esse motivo, a criança deve possuir uma forte ligação com sua família, considerando que ela é a base para suas futuras relações sociais com o mundo exterior. (CHIOQUETA, 2014).

Maus – tratos na infância, sejam eles físicos psicológicos, na maioria das situações, geram impactos devastadores, não somente na infância, mas durante a vida toda. A violência é considerada um fator de risco para que surjam o desenvolvimento de doenças, além de provocar lesões há também o risco de ocasionar sequelas como, dores crônicas, ansiedade, depressão, transtorno de estresse pós-traumático entre outros. (DIAS, 2013).

Silva e Melo (2018) diferem os impactos consequentes da violência doméstica contra criança, resultando em danos imediatos como: pesadelos repetitivos, vergonha, raiva, culpa, quadros fóbicos ansiosos e depressivos agudos, isolamento social, queixas psicossomáticas, sensação crônica de perigo, cognição distorcida, pensamento ilógico dificuldade para resolver problemas pessoais, níveis intensos de ansiedade, entre outros.

Sagim (2008) Crianças que foram vítimas de pessoas que deveriam protegê-las podem ter consequências negativas no futuro, tais como em seus vínculos sociais. De modo geral os danos em seu sistema neurológico, emocional e intelectual.

As reações diferem de situações e de vítimas. O que fica claro são suas consequências psicológicas, no caso da violência sexual, as autoras declaram serem graves, pois as crianças não estão preparadas, físicas, cognitivo, emocional ou socialmente para lidar com a situação por conta da imaturidade.

Os impactos psicológicos variam de acordo com a brutalidade do ato de violência, tendo em vista que a criança não está preparada cognitiva, social, emocional para lidar com essas situações de vulnerabilidade.

Para Guimarães et al (2020), A violência pode gerar graves prejuízos à saúde e bem-estar da criança, e os sintomas variam muito desde a ausência de sintomas até o surgimento de graves problemas emocionais e são eles: alto nível de ansiedade e tristeza profunda, sentimento de injustiça, culpa, angústia, solidão, distúrbios escolares e alimentares, instabilidade emocional, confusão de sentimento em relação a figura agressora (amor e ódio), e distúrbios afetivos.

Uma criança que foi vítima de algum tipo de violência dentro do ambiente em que vive, geralmente passa a desconfiar de todos que a rodeiam, a violência é um dos motivos de muitas crianças fugirem de casa e até mesmo do convívio com sua família. (SILVA; MELO, 2018).

Entende-se como fatores de risco todas as modalidades de violência doméstica como: violência física, negligência e psicológica. A literatura destaca prejuízos nas áreas: Pensamentos intrapessoais (medo, baixa autoestima, sintomas de ansiedade e pensamentos suicidas), saúde emocional (instabilidade emocional, problemas em controlar raiva e impulsos, transtorno alimentar e abusos de substância), habilidades sociais (comportamentos antissociais, baixa simpatia e empatia pelo outro. (CHIOQUETA, 2014).

Também é considerado como pontos negativos, as mudanças que giram em torno dos danos à saúde e de sintomas psicossomáticos que surgem por meio de sintomas psicológicos após a descoberta da violência e refletem no estado físico gerando assim novas doenças, que antes não existiam.

São considerados exemplos: insônia, tristeza, sentimento de culpa, isolamento social, baixa autoestima, falta de interesse em realizar atividades que realizava antes, depressão e pensamentos suicidas.

A literatura destaca que muitos são os impactos decorrentes da violência doméstica, entre eles, as consequências psicológicas sempre estão presentes, como citam Martins e Nascimento (2017) apud OMS (2002):

A violência doméstica gera consequências abrangentes e de diferentes aspectos para a vítima. Tais consequências abrangem desde fraturas e hematomas em diferentes partes do corpo até impactos psicológicos e comportamentais, como depressão, ansiedade, ideação suicida e dependência de substâncias psicoativas, como álcool e/ou outras drogas, inclusive medicamentos (MARTINS & NASCIMENTO, 2017, Apud OMS, 2002, p. 111.)

Barros e Freitas (2015) ao relatar um estudo feito, revelam que a exposição da criança a violência doméstica, pode trazer consequências múltiplas e severas às vítimas. Estudos comprovam que a violência afeta o desenvolvimento emocional, comportamental, sexual, e cognitivo, afetando o bem-estar e qualidade de vida das vítimas.

Apesar de todos os esses sintomas que afetam uma criança não podemos afirmar que somente esses problemas irão surgir, pois a exposição a episódios de violência, pode resultar a sérios problemas de saúde mental, prejudicando a rotina da criança, fazendo com que a mesma, tenha dificuldades na aprendizagem, socialização e autonomia.

Abordar o tema violência doméstica, traz à tona muitas repercussões, pois em situações de violência, não é apenas a pessoa agredida que sofre, mas também aquela que convive direta ou indiretamente com a violência. As consequências sofridas por conviver em ambientes violentos se manifestam de diferentes formas, incluindo psicopatologias, dificuldades em relacionamento sociais, transtornos de comportamento entre outros. (REIS; PRATA; PARRA, 2018)

Ao falar das consequências da violência sexual, é impossível não lembrar da monstruosa sensação que a criança sentiu no momento, e é possível afirmar que a criança facilmente se sentirá culpada, sendo a culpa uma das consequências psicológicas, sendo uma das marcas que irão perpetuar ao longo da vida adulta. (SILVA; MELO, 2018).

De acordo com Delanez (2012) a violência contra criança inclui tanto danos imediatos, como danos a longo prazo que se estendem entre a adolescência até a vida adulta, podemos considerar o uso de forças físicas, armas, agressão verbal e psicológica.

Todas as práticas de violência resultarão em alguma consequência psicológica, pois a criança, como já foi mencionado, durante a primeira infância está totalmente ligada aos seus cuidadores. Quando ela nasce, é um livro aberto, com páginas a serem preenchidas ainda, disposta a aprender coisas novas, sendo assim, ela será incapaz de diferenciar sobre o que é certo e o que é errado, apenas absorve tudo o que observa ao seu redor.

Para Ferreira, Barbosa e Faria (2021) diariamente as notícias sobre crianças vítimas de violência no ambiente familiar, diante destes fatos, os prejuízos advindos do ambiente de violência são: prejuízos na saúde mental decorrentes do desenvolvimento psíquico-infanto-juvenil, afetando também o desempenho escolar, criação de vínculos, adaptação social e desenvolvimento orgânico das vítimas

A saúde mental é um dos pontos cruciais para que o ser humano possa lidar com suas emoções, mantendo o equilíbrio das funções mentais, De acordo com Santos (2019) se a criança que está em processo de formação não tiver as necessidades básicas para seu desenvolvimento, certamente não conseguirá lidar com suas emoções, tornando-se um ser dependente, incapaz de criar autonomia.

A violência leva a inúmeras consequências psicológicas, comportamentais e ao desequilíbrio familiar, as psicológicas caracterizam-se por medo, raiva, revolta frente ao agressor, sentimentos de exclusão e receios nos relacionamentos interpessoais. (SOUSA; SILVA, 2015)

Embora não possamos traçar um único sintoma, em uma criança vítima de qualquer tipo de violência, pode-se destacar, problemas de conduta, sintomas com o ansiedade, depressão, transtorno de estresse pós-traumático, condutas desafiadoras, , distúrbios de sono, falta de concentração na escola, dificuldades na aprendizagem, baixa autoestima, isolamento, dificuldade de estabelecer confiança, sentimento de raiva e culpa, tentativas de suicídio, automutilação, entre outras inúmeras consequências psicológicas. (DIAS, 2013).

Durante a primeira infância, é primordial que a criança se sinta acolhida e segura, e receba afeto e carinho dos pais, que são autoridades para ela, assim, a criança crescerá de forma saudável, e conseguirá desenvolver autonomia. Pois a violência seja de qual forma for, acarretará consequências psicológicas para a criança que ainda está explorando o mundo, fazendo a vivenciar um terrível sofrimento.

Vale ressaltar que a mãe que é agredida na frente de seus filhos, sejam elas de formas físicas ou psicológicas, não estarão em condições de estabelecer um relacionamento adequado com os filhos, pois fará o filho sofrer também. Como descrevem Affonseca e Willians (2011).

Além disso, pode-se supor que a mãe que vivencia agressões físicas e psicológicas do parceiro muitas vezes não está em condições de estabelecer um relacionamento adequado com os filhos. As pesquisas a respeito dos efeitos da violência doméstica nos comportamentos da mãe em relação aos filhos, aqui considerado como materna em, indicam que, devido a todas as consequências que a violência pode acarretar na saúde física e psicológica dessa mulher, elas apresentariam maior dificuldade nos cuidados com os filhos do que as mães que não tivessem esse histórico (AFFONSECA; WILLIAN, 2011, p. 238).

Por mais que a criança não seja alvo direto de alguma agressão, ao ver a mãe sendo agredida, sofrendo, poderá acarretar sentimento de revolta, fazendo a ter ódio da pessoa que agrediu, ou sofrerá junto com a mãe, passando a ter medo do agressor, tornando-se pessoas emocionalmente fragilizadas e sem confiança em si e no outro.

4. POLÍTICAS PÚBLICAS DE ATENÇÃO À SAÚDE MENTAL DA CRIANÇA: UM BREVE HISTÓRICO

Segundo Braga e Oliveira (2019), no final da década de 1970, houve o início do processo da reforma psiquiátrica no contexto de lutas pela redemocratização do país. Pode-se afirmar que em 1978, houve o fundamento do Movimento dos Trabalhadores em saúde mental, sendo um dos marcos da história do movimento social de crítica as condições dos serviços de psiquiatria e busca a novas proposições.

Depois de toda essa luta, conquistaram o direito de consolidar a saúde mental no Sistema Único de Saúde (SUS), com a constituição da Política Nacional de saúde mental, cujo objetivo era ter acesso a um campo de atenção psicossocial aberto, que enxergaria as pessoas de baixa renda que se encontravam em sofrimento psíquico.

Tal movimento contou com a participação de vários profissionais da área social, e principalmente dos usuários dos serviços da rede de atenção psicossocial, assumindo assim um papel fundamental na luta pela garantia dos direitos de saúde mental. (BRAGA; OLIVEIRA, 2019).

Neste contexto foi inserido a atenção de saúde mental a criança e ao adolescente, que apesar de acontecer tardiamente na agenda do sistema público de saúde, produziu significativos avanços no campo das práticas de produção de conhecimentos.

Considerando os 15 anos da lei 10.216/01 a expansão da reforma psiquiátrica ocupou um espaço significativo na luta de inclusão a saúde mental infantojuvenil, na construção de políticas públicas, possibilitando a visibilidade da imensa necessidade da inclusão de crianças nos serviços de saúde mental. (BRAGA; OLIVEIRA, 2019).

A criação de uma inclusão de serviços de saúde mental, especificamente a população infantil, está ligada a Reforma Psiquiátrica, associada a Política Nacional de Saúde Mental, porém é um serviço recente que atende crianças e adolescentes que se encontram em situações de sofrimento psíquico.

Historicamente por falta de investimentos no setor público, foram criadas para crianças e adolescentes, serviços que dão total prioridade para fins que tinham como foco a produção integral e

que nem tinham como foco a reinserção social e outros setores sociais que estavam relacionados (BRAGA; OLIVEIRA, 2019).

As crianças foram por muito tempo tratadas como os adultos, sem que fosse levado em consideração o crescimento e desenvolvimento infantil. A infância não era percebida como uma etapa do ciclo vital. com o passar dos séculos a criança foi reconhecida pelo estado, sendo um ser social, político econômico. (ARAÚJO et al, 2014).

Podemos citar três importantes acontecimentos no marco da história da constituição de políticas públicas para que a criança pudesse ser vista. Todos eles surgem da constituição federal de 1988, o Sistema Único de Saúde (SUS), a Política Nacional de saúde mental e o Estatuto da criança e do Adolescente (ECA). (BRAGA; OLIVEIRA, 2019).

A partir do contexto estabelecido pela lei 10.216/01, houve uma importante transformação na atenção de saúde a criança e ao adolescente, o CAPS, promulgado pela portaria número 336/02, permitindo que houvesse um CAPS em todo o território nacional, a partir de então houve um marco significativo na rede de atenção Psicossocial. (BRAGA; OLIVEIRA, 2019).

Levando em consideração toda essa trajetória, não se pode deixar de lembrar que em 2003 foi criado um grupo de trabalho, cujo objetivo era contribuir com a implantação de condições no Fórum Nacional de Saúde Mental, permitindo que também dada a atenção a usuários de álcool e drogas.

Para Braga e Oliveira (2019) O direito de fala, dá as crianças e adolescentes o reconhecimento os seus direitos e responsabilidades, construindo também possibilidades onde serão protagonistas de seu processo.

De acordo com Soares, Araújo e Chaves (2018) No Brasil, as políticas de saúde mental a criança e ao adolescente foram tardias, pois só foram pensadas e planejadas a partir do século XXI. Antes desse período não haviam redes de cuidados que davam atenção somente a criança e ao adolescente e esse papel era totalmente das redes de educação e do serviço social.

Além de disso, as crianças que estavam em sofrimentos psíquicos, eram julgadas como incapazes e o isolamento social era a única solução para aquela situação que se encontravam atualmente, também havia instituições que se ligavam as igrejas que recolhiam crianças abandonadas.

A legislação brasileira passou a implantar os direitos de proteção à criança e do adolescente com políticas contrarias ao castigo físicos e conduzindo novos caminhos em que a criança pudesse se

expressar livremente. Em 1979 o código de proteção, durante esse tempo houve total desinteresse em ressocializar a criança, limitando a de se pronunciar sobre os seus direitos. (SINIBALDI, 2013).

As políticas de atenção à saúde da criança estão relacionadas, aos processos de urbanização e regionalização. A saúde mental infantil no Brasil surgiu com teses em psicologia em psiquiatria, especificamente a inauguração do hospital psiquiátrico brasileiro Hospício Dom. Pedro III. (SINIBALDI, 2013).

As crianças que eram consideradas normais, eram bem vistas pela escola e de internatos, já as crianças que não eram vistas normalmente e que tinham algum tipo de sofrimento psíquico eram internadas em manicômios dividindo o mesmo espaço que os adultos, pois nesse período não havia instituições voltadas somente as crianças. (BRAGA; OLIVEIRA, 2019).

No entanto os profissionais que se dedicavam estudar os problemas infantis, investigavam meios que pudessem remediar as desordens mentais, investindo em um ambiente fechado e público e pudesse acolher crianças que sofriam psiquicamente, eram maltratadas ou abandonadas.

Atualmente, as áreas que compõem a área de atuação ao desenvolvimento da criança são bem amplas, como a neurologia, a psicanálise, a psicomotricidade, a pedagogia e outras áreas que tem dado atenção a e proteção integral a criança.

Como já foi mencionado, a Reforma Psiquiátrica trouxe significativos avanços para os usuários dos serviços de saúde mental, e as conferencias nacionais, cada um de seu modo, tentou enfatizar a importância da dar atenção a população infanto-juvenil. Para que pudessem ter devido cuidado, tratamento e respeito, no entanto, somente após o fim da IV Conferência Nacional, aparecem diretrizes que especificam as demandas infanto-juvenil.

Para Almeida (2019) Graças as políticas públicas de saúde mental, o Brasil conquistou um único lugar no espaço de saúde mental global, tal acontecimento deriva de o Brasil poder oferecer fora do país, maiores recursos de uma Política Nacional de Saúde Mental.

As políticas de saúde mental regem um cuidado relacionado a infância e adolescência, partem de um pressuposto institucional, fundamentado nas diretrizes do SUS, agindo por meio do RAPS, nessas perspectivas chegamos à conclusão de que profissionais de saúde mental tem um importante papel na rede de cuidados. (ALEMIDA, 2019).

Considerando as redes de atenção psicossocial, é importante ressaltar as diversas articulações dos serviços que atendem a população, tais como escolas e equipamentos que atendem em um nível complexo, como sendo uma consolidação da Reforma Psiquiátrica. Félix e Santos (2016):

Na esfera da Reforma Psiquiátrica Brasileira, os Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) emergem como um dos dispositivos de atenção à saúde mental e possuem valor estratégico, na medida em que representam uma possibilidade de organização de uma rede substitutiva ao hospital psiquiátrico. O Centro de Atenção Psicossocial para a Infância e Adolescência (CAPS II), destina-se a atender a demanda em saúde mental infantil em municípios com mais de 200 mil habitantes. (FÉLIX E SANTOS, 2016, p. 37).

Ao CAPS é incluído a população com transtorno mental severo e persistente, sua organização e cuidado, devem estar asseguradas a características da população assistida, para que possam ter direitos aos serviços de saúde pública (RONCHI; AVELAR, 2016).

Essa trajetória de políticas públicas resulta de uma série de movimentos históricos, na qual a população e governantes estão envolvidos e emergem por inúmeros debates dos direitos humanos em contexto global ou local. As políticas de saúde pública também estão ligadas, bem como a saúde da criança. (COUTO; DELGADO, 2015)

Na década de 1920, houve uma grade preocupação com a saúde da criança, deixando de ser um problema somente das entidades caritativas, por ser um ser dependente da indústria, a criança passou a ser atenção pela rede de atenção médica. (FÉLIX; SANTOS, 2016).

Ronchi e Avellar (2010), O Centro de Atenção Psicossocial Infanto- Juvenil ligado ao Sistema Único de Saúde, compõe-se como um ambulatório para crianças e adolescentes com transtornos mentais graves, com suas configurações voltadas ao atendimento nos moldes locais e visa ser substituídos em hospitais psiquiátricos.

As políticas públicas no Brasil nos últimos anos são tributárias e de ampla redefinição nas funções do estado e seus deveres com o bem-estar social construídos com a redemocratização no país e expressos na Constituição federal de 1988. Com uma intensa mudança nas visibilidades de atenção a criança e ao adolescente essas políticas estão amparadas pelo Movimento Nacional de Direitos destinadas a eles (COUTO; DELGADO, 2015).

A afirmação que se deu foi a de que não havia no Brasil, uma política pública voltada somente aos cuidados a saúde mental da criança e do adolescente e isso não deveria confundir ou obscurecer o fato de que as políticas não impediriam o fato de acontecer uma série de intervenções sociais sobre crianças e adolescentes com problemas mentais.

As intervenções foram repostas de uma política edificada que não tinha o objetivo de cuidar do adoecimento mental na infância, mas para responder a pobreza e o abandono, que eram considerados fatores que contribuam com o sofrimento psíquico. (COUTO; DELGADO, 2015).

Externamente a saúde mental, dois importantes eventos marcaram a importante concepção de saúde a criança e ao adolescente em uma construção social e política. O primeiro evento foi a Convenção Internacional dos Direitos da Criança realizado pela Organização Nacional das Nações Unidas (ONU) em 1989 e o segundo evento foi a promulgação no Brasil do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). (COUTO, 2012).

Levar em consideração a saúde mental da criança, com todos esses avanços e reconhecimentos de direitos é trazer à tona muitos debates que são pouco discutidos em saúde coletiva, com tudo, em diferentes países é visto a necessidade dos serviços de atenção à saúde mental da criança, com uma rede de apoio capaz de atendê-las.

Historicamente havia uma escassez no campo de atenção pública para essas crianças que eram portadoras de sofrimento psíquico, havia uma rede de atenção privada e/ ou filantrópica por muito tempo essas instituições foram as únicas opções para instituir o cuidado a criança. (COUTO, 2012).

Com o passar das décadas o número de crianças com sofrimento psíquico cresceu assustadoramente e mesmo com todos os direitos, há uma certa dificuldade para que as crianças utilizem os serviços de saúde mental gratuito, há uma escassez de psicólogos e psiquiatras nos serviços de saúde pública.

Mesmo com todos os problemas enfrentados, os profissionais de saúde mental, especificamente psicólogos ainda não são vistos como extremamente necessários.

Para Cavalcante, Jorge e Santos (2012) a equipe de atenção básica pode ser essencial no cuidado com a criança pode ser essencial na minimização ou resolução nos problemas de saúde mental da criança logo no início de sua evolução, ou seja, essa equipe tem papel importantíssimo na saúde mental infantil, já que essa saúde acontece logo durante a primeira infância e conta com a contextualização da formação psicossocial, de forma mais específica no contexto familiar.

5. O PAPEL DO PSICÓLOGO E SEUS DESAFIOS

As primeiras contribuições para que a Psicologia servisse de estudo, foram oferecidas por médicos em suas teses de Doutorados trazendo interesse não somente para a filosofia e história, mas também para o homem e para a cultura. (SOARES, 2010).

O Surgimento dessa profissão no Brasil, se deu há 50 anos, no entanto, seu trabalho se deu por conta das organizações do campo universitário, em seu desenvolvimento da área como ciência e profissão. A formação sistemática foi produzida nos quadros das faculdades de ciências e letras do Rio de Janeiro e Belo Horizonte e entre eles o maior produtor de pesquisas e divulgação produzidas pelas correntes de desenvolvimento nos principais centros de conhecimento do século XXI. (FURTADO, 2012).

O trabalho do psicólogo, nos últimos anos, vem sendo de total importância, mas ainda assim, o trabalho é pouco valorizado, algumas pessoas desconhecem o trabalho da maneira que realmente é, assim, os profissionais enfrentam desafios. A profissão do psicólogo ainda não é considerada essencial por muitas pessoas.

De acordo com Martin- Baró (1997) há alguns anos atrás, um psicólogo francês, chamado Marc Richelle se questiona “ Pra que psicólogos”? a razão para essas perguntas estava em uma repentina inquietação do que ele chamava de espécie nova.

Nesta mesma época um outro médico deu uma resposta mais radical a esse questionamento, pois a psicologia estava assumindo a sociedade contemporânea, e a psicologia mostrava ser uma saída para a resolução de conflitos, tratava-se de preservar o indivíduo e manter seus pensamentos em ordem, ou em muitos casos, causar a ilusão de mudar o indivíduo.

O papel do psicólogo se dá não somente para que a pessoa tenha os pensamentos organizados, mas para que a mesma tenha saúde mental, e equilíbrio emocional, o trabalho do psicólogo vai muito além do consultório e de certa forma, a mais importante em alguns casos, para contribuir com a saúde física.

Falar do conhecimento e contato com o psicólogo, inicialmente parece ser uma tarefa nada difícil ou questionadora, no entanto, se possuímos um conhecimento filosóficas ou epistemológicas, entenderemos nosso papel diante da área de atuação. (FREITAS, 1998).

A Psicologia é nada mais que uma ciência e pode atuar em infinitas possibilidades e de diferentes maneiras, é a psicologia do indivíduo se dispõe a estudar a mente humana e seus comportamentos, e treinar o indivíduo psicologicamente resultou em reflexões. como ressalta Rose (2008):

O treinamento psicológico afetou profissionais de orientação de crianças, de trabalhos sociais, e mesmo de administração de recursos humanos. No processo, nossas muitas ideias do “self”, da identidade, da autonomia, liberdade e da realização pessoal foram reformadas em termos psicológicos. Seres humanos, nessas regiões, vieram a se entender como se fossem habitados por um profundo e interno espaço psicológico, que estaria avaliando-os e agindo sobre eles nos termos dessa crença (ROSE, 2008. p.155.)

Todas as pessoas falam de si mesmas, em uma linguagem psicológica, expressando seus medos, angustias, ansiedade, depressão, personalidade, traumas, introversão, ou extroversão, podemos considerar que no século XXI, vivemos uma era psicológica, onde mais uma vez, o trabalho do psicólogo torna-se fundamental.

A psicologia ocupou um lugar importante com o passar dos séculos, ajudando a construir mundos e as pessoas que se transformam, promovendo uma psicologização de vidas, tanto individuais ou coletivas, inovando e transformando ideias e contribuindo com vidas. (ROSE, 2010).

Os psicólogos brasileiros tem enfrentado uma série de dificuldades no cenário atual, em muitos lugares, especialmente no sistema público, o psicólogo é o profissional que irá mediar ou impedir conflitos no ambiente de trabalho.

No entanto, como já foi mencionado, vai muito além disso, em tempos de pandemia da COVID-19, a procura pelo profissional aumentou assustadoramente, seja pelos portadores da doença que não estavam sabendo lidar com a situação, ou com pessoas que foram atingidas de alguma forma pela doença, seja pela morte de um ente querido, ou ansiedade e pânico e foi o que mais aconteceu durante esse período.

Apesar de todos os desafios e problemas enfrentados por esses profissionais, não há como negar a importância de seu papel em todas as áreas de atuação, seja para manter a saúde mental, ou evitar danos psicológicos após lidar com conflitos.

Neste sentido a psicologia pode contribuir não somente estando a linha de frente, mas também oferecendo suporte para a sociedade, em geral no amparo ao sofrimento e acolhimento do indivíduo. (DOS SANTOS et al, 2019).

Quanto aos desafios do psicólogo, podemos citar as práticas do psicólogo social, que tem um olhar diferenciado da população, onde compreendem que nem todas as pessoas tem a mesma realidade e que cabe a ele fazer o trabalho valer a pena, pois na teoria durante a academia é muito diferente que na prática.

Para Ronzani e Rodrigues (2006), Cada vez mais se discute a relevância de vários profissionais na área da saúde, por isso é importante que haja conhecimento por parte dos profissionais, em maior gama possível, é importante que todos estejam carregados de bagagens teóricas, para compor o trabalho multidisciplinar.

O papel do psicólogo necessita de uma postura empática para que possa promover a autonomia do paciente, por isso é tão importante o olhar diferenciado para cada pessoa, de cada classe, de cada postura diferente. (SILVA; MELO, 2018).

No entanto, sabe-se que essa é uma tarefa nada fácil durante sua jornada, pois às vezes não depende só dos profissionais, e sim da equipe multidisciplinar, da própria pessoa, é necessário que todos estejam dispostos a enfrentar todas as lutas e desafios e que seus trabalhos vão muito além disso.

Com toda a realidade enfrentada nos dias atuais, é necessário que o psicólogo tenha um olhar psicossocial, que possa promover assistência aquelas pessoas que não tem condições financeiras de pagar um atendimento psicológico particular.

Para Romaro (2014) a atuação do psicólogo nas redes de saúde pública, requer que o profissional tenha empatia, necessidade de aprimoramento para lidar com aspectos institucionais, frustrações e falta de conhecimento da mesma. O psicólogo tem que lidar frequentemente com as implicações que geram prejuízo e afetam o bem estar e também o modo que se relaciona com a equipe.

Um outro desafio que é importante destacar, é que em acontecimentos com crianças, o psicólogo não pode intervir de forma alguma, procurando justiça, pois essa tarefa, não faz parte do seu trabalho. Alguns casos, geram uma certa revolta, no entanto, não há o que fazer.

Por mais que a empatia e senso de justiça grite alto, pelo fato de antes de ser psicólogo, ser humano, seu papel é trabalhar para minimizar a dor e o sofrimento causado naquela criança, que ainda nem teve a oportunidade de viver a vida.

Ao psicólogo, é vedado: ser investigador, perito, avaliador, em situações em que seu vínculo pessoal ou profissional com a pessoa atendida, possa interferir na qualidade do trabalho a ser realizado ou fidelidade dos resultados da avaliação. (ROMARO, 2014).

Cabe ao psicólogo, cumprir com ética o seu trabalho, e tomar cuidado para não se envolver com seu paciente, sabendo sempre separar o que é seu e o que é do outro, por mais difícil que seja, com todos os desafios enfrentados, esse é o trabalho do psicólogo.

6. A ATUAÇÃO DO PSICÓLOGO EM CASOS DE CRIANÇAS VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

As intervenções dos profissionais de psicologia têm muito a contribuir em casos de crianças vítimas de violência, visando a prevenção de novas situações, tendo manejo e conhecimento profundo para auxiliar a criança vitimada. Seu objetivo vai além de promover a qualidade de vida.

Na questão de proteção à criança contra violência doméstica e os danos que ela causa, os profissionais de psicologia, mostram seu potencial e importante papel protetivo para auxiliar na amenização dos danos psicológicos causados em crianças (SILVA; MELO, 2018).

As mesmas autoras abordam sobre as ações realizadas pelos psicólogos ao trabalhar com crianças vítimas de violência, destacam sobre ouvir a criança com cuidado e profissionalismo. As formas de trabalhar com uma criança abusada sexualmente por exemplo, precisa lhe proteger de novos danos psicológicos e o que trabalho em parceria precisa ser definido se voltando a intervenções seguras e que surtam efeito.

É importante lembrar que as crianças estão processo de formação física e mental, sendo assim necessitam de condições que colaborem com seu desenvolvimento. O acompanhamento psicológico de crianças vítimas de violência é indispensável, para que atendam suas necessidades. O profissional deve lhe oferecer segurança e confiança primeiramente para que venham ter sucesso no tratamento emocional e físico. (REIS; PRATA; PARRA, 2018).

Em um estudo abrangente Silva e Melo (2018) ressaltam sobre a importância das medidas protetivas como um dos melhores caminhos para que se possam atender as necessidades básicas da criança, um desenvolvimento social e afetivo reduz a intensidade dos conflitos.

Ao falar sobre os casos de violência sexual o papel do psicólogo é enaltecido, pois os psicólogos estão preparados para compreender o comportamento humano e o funcionamento mental sendo um grande passo para que a violência sexual seja solucionada. Portanto psicólogos e magistrados terão que ter objetivos em comum, para que a criança fale sobre o ocorrido e possam tirar dela as informações essenciais para que a justiça seja feita e a criança protegida. (REIS; PRATA; PARRA 2018).

As autoras relatam sobre a importância da brincadeira livre, sendo uma importante linguagem para a criança se expressar, deverá ser valorizada a sua escuta para que se possa superar e elaborar o acontecimento traumático. A experiência da criança é percebida com maior facilidade. As atitudes dos profissionais de psicologia com crianças jamais poderão ser punitivas ou julgadoras, é essencial que se estabeleçam confiança e segurança entre o psicólogo e a criança, isso facilitará o acompanhamento.

A superação de violência infantil necessita de ações eficazes e bem trabalhadas no sentido de reconstruir um ser humano por ela atingido. (SILVA; MELO, 2018).

O psicólogo deve acolher a criança e oferecer ela um local seguro e de confiança, assim ela perceberá a atenção do profissional e ficará à vontade para falar do seu caso. Uma criança que foi bem acolhida

e tem segurança em seu profissional, deixará claro seus sentimentos e a experiência vivida (REIS; PRATA; PARRA, 2018).

Uma criança que vivenciou algum tipo de violência, geralmente carregará o trauma ao longo da vida, infelizmente em muitos casos, muitas repetem o mesmo ato ao chegar na idade adulta. (DIAS, 2013)

. A atuação do psicólogo é indispensável para que crianças vítimas de violência doméstica, para que elas possam recuperar sua infância, e superar os traumas gerados pelos infelizes acontecimentos.

Para Carmo e Sagaz (2017) em casos de violência doméstica, o trabalho do psicólogo se torna essencial para que as crianças vitimadas possam enfrentar de forma positiva as consequências psicológicas advindas dos atos de violência, a criança se encontra em desenvolvimento psicológico durante a infância, envolvendo gradualmente mudanças em seu comportamento e construção da personalidade, quanto mais cedo houver algum tipo de abuso, maior a probabilidade de um tratamento adequado para que possa ser evitado ou amenizado os danos causados, impedindo que surjam problemas mentais mais graves.

Ao observar brigas, conflitos e episódios de violência, a criança pode até enxergar de forma passiva, mas pelo fato de estar em processo de construção e identidade, poderá repetir os comportamentos, pois a criança durante a primeira infância se espelha no adulto, pois são os pais que ditam o que é certo ou errado, segundo suas concepções.

Sobre a atuação do psicólogo em casos de violência doméstica, é necessário que a criança vitimada seja primeiramente ouvida, e o profissional deverá respeitar suas vivências e sua história, entendendo que a criança está experienciando os sentimentos da violência vivida, é importante haja empatia e ética por parte do profissional, para que a criança possa se expressar com segurança, ela deve se sentir acolhida. (REIS, PRATA; PARRA, 2018).

Segundo Melo e Batista (2012) a atuação do psicólogo fundamenta-se sobretudo, partindo do princípio da integralidade, para cuidar da saúde de forma integral, tornando imprescindível que haja uma equipe multidisciplinar que desenvolvam intervenções intersetoriais.

Nas ações interventivas o trabalho do psicólogo partirá da prevenção, para que as consequências psicológicas na criança possam ser evitadas. As intervenções realizadas tem três níveis de prevenção: A primeira, previne a violência antes que ela ocorra, a secundária, ações imediatas após a violência, cuidados médicos, encaminhamentos, notificações (a prevenção secundária não é feita pelo

psicólogo) e a prevenção terciária que são os cuidados contínuos após a violência. (MELO; BATISTA, 2012).

Em casos de violência notificada, o ECA estabelece a importância de denunciar os casos, tanto por profissionais da saúde, quanto da educação, prevendo multas para as omissões. Os psicólogos também estão inclusos nessa categoria (LIBÓRIO, 2013)

A violência doméstica sempre vem acompanhada de negação e segredo, sendo assim muitos casos não chegam ao conhecimento do ministério da saúde e outros inúmeros casos quando chegam já é sofrido há anos, dificultando o sucesso da intervenção.

A maioria das pesquisas sobre crianças com problemas psicológicos relatam que foram expostas a algum tipo de violência, sendo maltratada de alguma forma ou observou sua mãe sendo agredida, crianças tem afeto e carinho pelo pai, e ao observar sua mãe sendo agredida passam a ter ódio, eles gostariam que não houvessem brigas ou violência dentro do seu lar. Sendo assim a violência doméstica acaba resultando problemas emocionais na criança. (SAGIM, 2008).

Fica bem claro que a questão da violência doméstica contra crianças é um problema que sempre fez parte da humanidade e mesmo que existam leis que as protejam, ainda assim continua sendo uma realidade que ainda precisa de muitos esforços para que seja extinta. É também evidente os danos psicológicos que a violência doméstica resulta em uma criança e também um grave problema em seu desenvolvimento.

É importante uma reflexão sobre a importância que um profissional de psicologia tem em casos de criança vítimas de violência doméstica, desde trabalhar para que os traumas sejam superados e prevenir que surjam outros transtornos.

METODOLOGIA

A metodologia é um guia para nortear uma pesquisa passo a passo, define a construção de suas etapas, seu plano de investigação. Envolve todos os preparos, desde os primeiros passos de seu preparo, até a conclusão final, e é, portanto, a construção, as etapas e as modalidades da investigação. (PRAÇA, 2015).

Para Praça (2015) A metodologia é capaz de proporcionar uma compreensão e análise do mundo, através do conhecimento através da construção de conhecimento. O conhecimento só acontece

quando há passagens pelo caminho do saber, tendo como protagonista desse processo o ensino aprendizagem.

Quanto a abordagem desta pesquisa, trata-se de uma abordagem qualitativa, que para Silva (2010) a abordagem qualitativa trabalha com crenças, valores, representações, hábitos, opiniões e atitudes. É uma abordagem que vai a fundo para entender a complexidade de fenômenos, processos e fatos, passa por observações e vai além disso para entender qual o significado de comportamento.

Segundo Sagim (2008), a pesquisa qualitativa é um método que permite a captação dos sentidos que o fenômeno tem para o informante que lhe atribui. É modalidade importante para investigação que auxilia, compreende e sugere novas questões para a abordagem quantitativa.

Quanto a natureza, trata-se de uma natureza básica, para Tumelero (2019), a pesquisa de natureza básica, também conhecida como pesquisa fundamental ou pura, é focada na melhoria de técnicas, de um modo geral, a pesquisa mais simples.

No entanto, seus resultados tendem a ser fortuitos, pois busca com a ciência, descobertas juntamente com a ciência teórica. É uma natureza que busca aumentar determinado conhecimento, contribuindo com novas descobertas, sem obrigatoriamente ter alguma finalidade. (TONETTO, 2014).

Quanto aos objetivos, esta pesquisa é exploratória e descritiva. Para Tonetto et al (2014) a pesquisa descritiva é utilizada, quando se tem o objetivo de mapear determinada realidade, esse tipo de estudo oferece um retrato da realidade, onde é possível visualizar com clareza a complementação de amostras representativas de determinada pesquisa.

A pesquisa exploratória é usada quando em uma pesquisa o objetivo é obter dados sobre determinada natureza. Utiliza-se esse tipo de pesquisa quando não há estrutura suficiente para quando não há possibilidades de conduzir outro tipo de pesquisa. (TONETTO, et al, 2014).

Quanto a modalidade da pesquisa, devido a pandemia da Covid-19, e por se tratar de uma pesquisa com o foco em crianças durante a primeira infância, optou-se pela pesquisa bibliográfica, foi feito um levantamento de artigos, livros e revistas publicados na base eletrônica de dados SciELO e o Portal de Periódicos Eletrônicos de Psicologia PePSIC. Foi feita uma seleção de todos os materiais aqui utilizados, publicados até 2021, cujo propósito é compor o conteúdo bibliográfico na monografia aqui apresentada.

Para Pizzani et al (2012) entende-se por pesquisa bibliográfica, uma revisão de literatura sobre as principais teorias que fundamentam determinado assunto de um trabalho científico, a qual pode ser utilizada em portais periódicos, artigos ou jornais e sites de internet.

Conforme Boccato (2006), a pesquisa bibliográfica foca a resolução de um problema, hipótese, por meio de referenciais teóricos publicados, analisando e discutindo várias contribuições científicas.

A pesquisa bibliográfica trará subsídios para o conhecimento sobre o que já foi pesquisado, com que foco e perspectivas que foi tratado o assunto apresentado e realiza a partir de registros encontrados em pesquisas similares de estudos anteriores, documentados, impressos e disponibilizados virtualmente, tais como livros e artigos. (SAGIM, 2008).

ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DE DADOS

Para Ruiz (1996), a análise e interpretação de dados, estabelece uma relação entre os dados coletados, as hipóteses formuladas, faz também apontamentos, exceções, explica mecanismos e fatos, causas e efeitos.

Desta forma, a análise e interpretação de dados tem como objetivo, procurar respostas para o problema da pesquisa que é: Quais os impactos psicológicos consequentes da violência doméstica em crianças na primeira infância? A essa problemática, a violência doméstica traz prejuízos emocionais que perpetuam ao longo da vida da criança que se encontra em desenvolvimento.

Sendo assim, com o objetivo de procurar respostas, deu-se continuidade aos objetivos específicos, então, para um melhor entendimento buscou-se coletar informações sobre o conceito de violência doméstica e o desenvolvimento da criança durante a primeira infância. Onde Lourenço e Carvalho, descrevem a violência doméstica.

Lourenço e Carvalho (2001) De um modo geral, afirmam que a definição de violência doméstica, pode ser entendida como uma transgressão de sistema, valores, normas e culturas que se encontram em momentos sociais e históricos.

Já Para Nunes e Sales (2016) a violência pode ser considerada como uso de força real ou de poder, contra o outro ou contra si próprio, que resulte em qualquer dano, seja físico ou psicológico. Mas, para qualquer tipo de violência, que é cometida contra criança não se justifica em hipótese alguma, pois ainda são dependentes de pais, família, cuidadores e da sociedade.

Moreira em parceria com Sousa, traz sua contribuição enfatizando que a violência que se faz presente dentro do ambiente familiar, se configura como violência doméstica, e inclui todos os membros de uma família e todas as ações que prejudiquem o bem estar ou desenvolvimento de uma criança, sejam eles físicos ou psicológicos, ou que prejudiquem a plena liberdade de uma criança viver livremente a sua infância. (MOREIRA; SOUSA, 2012).

Zambom e colaboradores salientam que com todos os avanços, debates e reflexões, a violência doméstica contra criança ainda é um problema muito frequente e a ela não pode ser atribuída uma única causa, pode-se destacar a vulnerabilidade social que faz com a criança seja excluída, impossibilitando-a de exercer seus direitos, como frequentar creches, escolas, e também há as práticas econômicas e apesar de isso não justificar a violência, também poder ser considerada um dos motivos e também a negação de laços afetivos (ZAMBOM et al, 2012).

Os mesmos autores se pronunciam acerca das definições de maus-tratos a criança, incorporando dois elementos centrais: a evidência a presença do comportamento prejudicial à criança e a presença das consequências dessa conduta.

Para qualquer criança, o ambiente familiar é o primeiro local de aprendizagem, e experiências vivenciadas dentro deste ambiente podem ser preponderantes, e por mais que a criança não seja alvo direto de agressão física ou psicológica, observar violência dentro de casa, poderá resultar em graves danos psicológicos na criança que se encontra em desenvolvimento durante a primeira infância.

A chamada primeira infância, é a fase que vai do nascimento até os 6 anos de idade, nesse período há uma extrema necessidade de que haja uma boa relação entre pais e filhos, pois a criança está aprendendo explorar o mundo e lidar com suas emoções.

Dos Santos (2019) afirma que a criança é um ser que se encontra em seus anos iniciais de desenvolvimento, e é nesse período que grande parte das suas potencialidade e habilidades são adquiridas e para que esse processo aconteça de forma saudável são necessárias condições favoráveis, sendo assim é importante que a criança se encontre em um ambiente facilitador, que respondam às suas necessidades físicas e emocionais.

Venâncio afirma em sua obra que se a primeira infância de uma criança acontecer de forma saudável, conseqüentemente será um adolescente, adulto, saudável. O desenvolvimento cerebral se inicia

durante a gestação e tem maior relevância durante a primeira infância e durante esse período são formados seus círculos neurais e as chamadas relações de vínculo (VENANCIO, 2020).

É notório que os primeiros anos são bases para o resto da vida de uma criança, e é indispensável o cuidado da família e para que gerações melhores possam surgir, é importante que a mesma esteja em um ambiente facilitador, que não haja qualquer tipo de violência e que ela possa aprender a lidar com suas emoções, recebendo afeto e carinho.

Ferreira, Barbosa e Faria (2021) evidenciam que crianças não tem as necessidades básicas atendidas se encontram em situação total de desamparo. O problema da violência doméstica contra criança está no fato de a criança estar em processo de formação, desenvolvendo seus valores, crenças e caráter e estes episódios violentos podem influenciar em sua maneira de agir, pensar, se comportar e demonstrar.

Por ser uma violência velada, muitas vezes é difícil para uma criança dissociar uma situação de violência de uma forma de cuidado, já que o jogo emocional é um dos marcos evidentes e esperam amor, afeto e carinho de seus pais/cuidadores.

Débora Dias, traz importantes contribuições em sua obra, ao falar dos impactos psicológicos causados na criança, pois a convivência com o agressor e o fato de não poder falar ou pedir ajuda, poderá resultar em inúmeros fatores de risco a criança e apresentar consequências no desempenho escolar, concentração, desenvolvimento emocional e relações sociais. (DIAS, 2013).

Barros e Freitas (2015), ao relatarem um estudo realizado, mostram que a exposição da criança a qualquer tipo de violência, resultam em danos prejudiciais ao desenvolvimento emocional, comportamental, sexual e cognitivo afetando o bem-estar e qualidade de vida da criança vitimada.

A essas questões, as consequências decorrentes da violência doméstica se manifestam de diferentes formas, incluindo psicopatologias, dificuldades em estabelecer relacionamentos sociais, transtornos de comportamento entre outros. (REIS, PRATA; PARRA, 2018).

Delanez (2012) diz que a violência contra criança resulta em danos imediatos e danos a longo prazo que se estendem ao longo da vida adulta, pode-se considerar o uso de forças físicas, agressão verbal ou psicológica.

Sousa e colaboradores afirmam que embora não se possa traçar uma única seqüela em uma criança vítima de violência, pode-se destacar: problemas de condutas, sintomas de depressão e ansiedade, transtorno de estresse pós-traumático, condutas desafiadoras, distúrbios de sono, dificuldade na

aprendizagem, isolamento, sentimento de culpa, ideações suicidas, baixa autoestima, dificuldade de estabelecer confiança, automutilação, entre outras inúmeras consequências psicológicas. (SOUSA et al, 2013).

Guimarães et al (2020), afirmam que a violência contra criança poderá resultar sofrimento emocional, como: tristeza profunda, sentimento de culpa e injustiça, angustia, solidão, confusão de sentimentos a figura agressora (amor e ódio), instabilidade emocional, e distúrbios afetivos.

Sendo assim, se suas necessidades básicas não forem atendidas, as consequências psicológicas desse problema social são evidentes, com isso, crianças expostas a violência estão sujeitas a consequências psicológicas devastadoras.

CONCLUSÃO

Considerando o tema: Violência Doméstica: As consequências psicológicas geradas em crianças na primeira infância, a pesquisa desta monografia, teve como objetivo principal, investigar e coletar dados acerca das consequências psicológicas geradas em crianças durante a primeira infância a partir de obras devidamente registradas nos indexadores de produção científica, desta forma os objetivos propostos foram alcançados, através do levantamento bibliográfico realizado.

Tendo como justificativa para a realização dessa pesquisa, a falta de debate sobre o assunto, que em muitos casos só é possível ter um combate direto aos pais que desempenham comportamentos violentos, por ser uma violência velada que muitas vezes não é descoberta e também propor colocar em pauta socialmente o combate à violência doméstica, podendo contribuir para os profissionais das mais diversas áreas que se interessam nesta temática.

A questão da violência doméstica é um problema mundial e crescente, onde inúmeras crianças estão expostas a tais acontecimentos e sujeitas a consequências psicológicas devastadoras. O enfrentamento deste terrível problema requer atenção e ações que surtam efeitos positivos.

Os dados coletados durante pesquisas sobre crianças com problemas psicológicos revelam que muitas foram expostas a algum tipo de violência, sendo maltratadas de alguma forma ou observou sua mãe sendo agredida, crianças tem afeto e carinho pelo pai, e ao observar a agressão entre os pais, passam a ter uma confusão de sentimentos, sendo assim a violência doméstica acaba resultando problemas emocionais na criança.

Fica bem claro que a questão da violência doméstica contra crianças é um problema que sempre fez parte da humanidade e mesmo que existam leis que as protejam, ainda assim continua sendo uma

realidade que ainda precisa de muitos esforços para que seja extinta. É também evidente os danos psicológicos que a violência doméstica resulta em uma criança e também um grave problema em seu desenvolvimento.

É notório que para que a criança se desenvolva da melhor forma, ela deverá perceber a família como parte fundamental, de seu desenvolvimento e a ela, devem ser atribuídas experiências que resultem em estímulos para seu desenvolvimento emocional e físico.

Não há pontos positivos em crescer em ambiente violentos, e com a pandemia da covid-19, os casos de violência foram notificados com mais frequência do que antes, e isso resultou em mais crianças com consequências psicológicas decorrentes da violência no ambiente familiar.

Os pais, durante a primeira infância contribuem de forma significativa, contribuindo na formação de valores, crenças e formação de sua identidade, e quando não há essa boa relação entre pais e filhos, há uma grande dificuldade de estabelecer laços afetivos com os próprios.

É primordial que a criança se sinta segura e confie nos pais que para ela são autoridades. As consequências psicológicas que a violência doméstica ocasiona em crianças durante a primeira infância são inúmeras como já foi mencionado e cabe a família, mudar essa realidade, pois a violência seja de qual forma for, interrompe sonhos, e prejudica o bem estar físico e emocional de uma criança que tem uma vida inteira para ser vivida e é injusto para ela, vivenciar experiências terríveis e se desenvolver com um sentimento de não poder ser livre.

Os profissionais de psicologia têm muito a contribuir, tanto na luta para que a violência infantil seja prevenida, quanto na minimização de seus danos. Portanto é importante que os profissionais da área da saúde sejam envolvidos diante dessa problemática, além disso, é importante que todos se unam na proteção do direito das crianças que infelizmente vivem essa triste realidade.

Sendo assim, conteúdo bibliográfico trouxe reflexões abrangentes, no entanto espera-se que novas abordagens venham contribuir na prevenção e minimização dos danos psicológicos causados tanto na sociedade, mas acima de tudo nas crianças que são vítimas e que por muitas vezes não são ouvidas e esquecidas.

Espera-se também que o conteúdo bibliográfico possibilite a mudança de percepções sobre as consequências da violência doméstica nas crianças, que elas não sejam vistas como alheias a sua realidade e sim, como parte fundamental e por isso, também sofrem impactos, com os dados sobre a

influência na saúde emocional, que os dados coletados possibilitem, um olhar diferenciado e que contribua para a melhoria de vida das crianças vítimas de violência doméstica.

REFERÊNCIAS

AFFONSECA, Sabrina Mazo; WILLIAMS, Lúcia Cavalcanti de Albuquerque. Habilidades maternas de mulheres vítimas de violência doméstica: uma revisão da literatura. *Psicologia: ciência e profissão*, v. 31, p. 236-251, 2011.

ALMEIDA, José Miguel Caldas de. Política de saúde mental no Brasil: o que está em jogo nas mudanças em curso. *Cadernos de Saúde Pública*, v. 35, p. e00129519, 2019.

ARAÚJO, Juliane Pagliari et al. História da saúde da criança: conquistas, políticas e perspectivas. *Revista brasileira de enfermagem*, v. 67, p. 1000-1007, 2014.

AZEVEDO, Maria Amélia; GUERRA, V. A.; UNICEF. Um cenário em (des) construção. UNICEF, organizador. *Direitos negados-A violência contra crianças e adolescentes no Brasil*. Brasília: UNICEF, p. 14-27, 2006.

BARROS, Amailson Sandro de; FREITAS, Maria de Fátima Quintal de. Violência doméstica contra crianças e adolescentes: consequências e estratégias de prevenção com pais agressores. *Pensando famílias*, v. 19, n. 2, p. 102-114, 2015.

BENTANI, ET AL. O Impacto do Desenvolvimento na Primeira Infância Sobre a Aprendizagem. Comitê Científico Núcleo Ciência Pela Infância. 2014

BOCCATO, Vera Regina Casari. Metodologia da pesquisa bibliográfica na área odontológica e o artigo científico como forma de comunicação. *Rev. Odontol. Univ. Cidade São Paulo, São Paulo*, v. 18, n. 3, p. 265-274, 2006.

BOYD, Denise; BEE, Helen. *A criança em crescimento*. Artmed Editora, 2011.

BRAGA, Claudia Pellegrini; D'OLIVEIRA, Ana Flávia Pires Lucas. Políticas públicas na atenção à saúde mental de crianças e adolescentes: percurso histórico e caminhos de participação. *Ciência & saúde coletiva*, v. 24, p. 401-410, 2019. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/csc/a/g8DhKGKM65b36RLJdDHqhLP/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em 06 nov. 2021

CARMO, Patrícia Soares; SAGAZ, Valéria Rossi. A atuação do Psicólogo e Resiliência em Crianças Vítimas de Violência Sexual Intrafamiliar. *Trabalhos de Conclusão de Curso-Faculdade Sant'ana*, 2016. Disponível em: <https://docplayer.com.br/52004226-A-atuacao-do-psicologo-e-resiliencia-em-criancas-vitimas-de-violencia-sexual-intrafamiliar.html>. Acesso em 09 de out 2021.

CAVALCANTE, Cinthia Mendonça; JORGE, Maria Salete Bessa; SANTOS, Danielle Christine Moura dos. Onde está a criança? desafios e obstáculos ao apoio matricial de crianças com problemas de saúde mental. *Physis: Revista de Saúde Coletiva*, v. 22, p. 161-178, 2012. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/physis/a/TB8KRG8dhib4W4z7Jwtz8p8D/?format=pdf&lang=pt> acessado em: 15 out, 2021.

CRESPI, Livia Regina Saiani. *Neurociências na formação docente continuada: valorizando o desenvolvimento e a aprendizagem na primeira infância*. 2020. Disponível em:

<https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/210807/001115652.pdf?sequence=1#page=10>
0 acessado em 02 nov. 2021

CHIOQUETTA, Rafaela Dotti. Violência doméstica contra crianças e adolescentes: o berço do crime. Revista LEVS, n. 13, 2014.

COUTO, Maria Cristina Ventura. Política de saúde mental para crianças e adolescentes: especificidades e desafios da experiência brasileira (2001-2010). Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2012. Disponível em:

<https://www.nuppsam.org/wp-content/uploads/2021/05/Tese-Politica-SMCA-especificidades-e-desafios.pdf>. Acessado em: 01 nov. 2021.

COUTO, Maria Cristina Ventura; DELGADO, Pedro Gabriel Godinho. Crianças e adolescentes na agenda política da saúde mental brasileira: inclusão tardia, desafios atuais. Psicologia Clínica, v. 27, p. 17-40, 2015. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/0103-56652015000100002>>. ISSN 1980-5438. <https://doi.org/10.1590/0103-566520150001000>

DAY, Vivian Peres et al. Violência doméstica e suas diferentes manifestações. Revista de psiquiatria do Rio Grande do Sul, v. 25, p. 9-21, 2003.

DELANEZ, Geovana Oliveira. A violência intrafamiliar e suas consequências no desenvolvimento da criança. https://www.pucrs.br/direito/wp-content/uploads/sites/11/2018/09/geovana_delanez.pdf acessado em 05 de nov 2021

DENBOBA, Amina D. et al. Intensificando o desenvolvimento da primeira infância. Investindo na primeira infância com grandes retornos. Fundação Maria Cecília Souto Vidigal. São Paulo. Recuperado de: <http://www.fmcsv.org.br/pt-br/acervo-digital/paginas/intensificando-o-desenvolvimento-da-primeira-infancia.aspx>, 2014.

DIAS, Débora. A violência intrafamiliar infantil e suas consequências. Texto digital. Disponível em< <https://www.comportese.com/2013/11/a-violencia-intrafamiliar-infantil-e-suas-consequencias>>. , v. 23.

DOS SANTOS, Gabrieli Santos et al. Contribuições da Primeira Infância Melhor para o crescimento e desenvolvimento infantil na percepção das famílias. Revista de Pesquisa: Cuidado é Fundamental , p. 67-73, 2019.

FÉLIX, Livia Botelho; DE SOUZA SANTOS, Maria de Fátima. Infância e Atenção Psicossocial. ECOS- Estudos Contemporâneos da Subjetividade, v. 6, n. 1, p. 36-50, 2016., 2016. Disponível em:

<http://www.periodicoshumanas.uff.br/ecos/article/view/1845/1284>. Acesso em 30 out 2021

FERREIRA, Jéssica Samara de Albuquerque, BARBOSA, Jéssica Vila Verde, FARIA, Margareth Regina. Impactos da violência doméstica no desenvolvimento infantil e adolescente.2021. Disponível em: <http://repositorio.aee.edu.br/bitstream/aee/17360/1/IMPACTOS%20DA%20VIOL%C3%84NCIA%20OM%C3%89STICA%20NO%20DESENVOLVIMENTO%20INFANTIL%20E%20ADOLESCENTE.docx.pdf>. Acesso em out 2021.

FOGAÇA, Ana Luiza P. da Silva et al. DESAFIOS IMPLÍCITOS NAS RELAÇÕES DE VÍNCULO ENTRE O PSICÓLOGO E USUÁRIOS DOS CAPS.

2017.disponível em: <https://www.conic-semesp.org.br/anais/files/2018/trabalho-1000002534.pdf>. Acessado em 30 Out 2021

FREITAS, Maria de Fatima Quintal de. Inserção na comunidade e análise de necessidades: reflexões sobre a prática do psicólogo. *Psicologia: reflexão e crítica*, v. 11, p. 175-189, 1998. [Acessado 22 outubro 2021], pp. 175-189. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0102-79721998000100011>>. Pub. 30 Jul 1999. ISSN 1678-7153. <https://doi.org/10.1590/S0102-79721998000100011>.

FURTADO, Odair. 50 anos de Psicologia no Brasil: a construção social de uma profissão. *Psicologia: ciência e profissão*, v. 32, p. 66-85, 2012. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1414-98932012000500006>>. Pub. 08 nov. 2012. ISSN 1982-3703. <https://doi.org/10.1590/S1414-98932012000500006>.

GUIMARÃES, Cleide Dyhana Silva de Melo et al. Cartilha sobre os impactos da violência infantil na criança e na família. 2020.

JUNIOR, A.A.P; BORGES, V.C; SANTOS.J. G Caracterização da violência doméstica contra crianças e adolescentes e as estratégias interventivas em um município do Estado do Rio de Janeiro, Brasil. 2015

DISPONIVEL EM: <https://doi.org/10.1590/1414-462X201500020062>.

LIBÓRIO, Renata Maria Coimbra. Violência sexual contra crianças e adolescentes: contribuições da Psicologia no processo de prevenção. *Psicologia Ensino & Formação*, v. 4, n. 2, p. 119-139, 2013.

LIMA, Melina Medeiros de Miranda; SANTOS, Maria Betânia dos Desenvolvimento na Primeira Infância: A importância dos primeiros anos de vida. 2019 Disponível em: <https://repositorio.fps.edu.br/handle/4861/347>. acesso em: 05 de nov. 2021.

LOURENÇO, Nelson; CARVALHO, Maria João Leote. Violência doméstica: Conceito e âmbito. Tipos e espaços de violência. 2001.

MACANA, Esmeralda Correa. O papel da família no desenvolvimento humano: o cuidado da primeira infância e a formação de habilidades cognitivas e socioemocionais. 2014.. Disponível em:

https://www.lume.ufrgs.br/discover?filtertype=author&filter_relational_operator>equals&filter=Macana,%20Esmeralda%20Correa. Acesso em 17 mar 2021

MARQUES, Emanuele Souza et al. A violência contra mulheres, crianças e adolescentes em tempos de pandemia pela COVID-19: panorama, motivações e formas de enfrentamento. *Cadernos de Saúde Pública*, v. 36, p. e00074420, 2020. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/0102-311X00074420>>. Acessado 9 outubro 2021

MARTIN-BARÓ, Ignácio. O papel do Psicólogo. *Estudos de Psicologia (Natal)* [online]. 1997, v. 2, n. 1 [Acessado 22 outubro 2021], pp. 7-27. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1413-294X1997000100002>>. Pub. 16 maio 2001. ISSN 1678-4669. <https://doi.org/10.1590/S1413-294X1997000100002>.

MARTINS, C. B. G.; JORGE, M. H.; MELLO, P. Maus-tratos infantis: um resgate da história e das políticas de proteção. *Acta paul. enferm.*, São Paulo, v. 23, n. 3, p. 417-422, June 2010

MARTINS, Aline Gomes; DO NASCIMENTO, Adriano Roberto Afonso. Violência doméstica, álcool e outros fatores associados: uma análise bibliométrica. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, v. 69, n. 1, p. 107-121, 2017.

MATA, Patrícia Antunes da; A Importância da Primeira Infância na visão Neurociência Pedagógica. 2010. Disponível em: http://www.avm.edu.br/docpdf/monografias_publicadas/C205749.pdf acessado em 20 de nov. 2020.

MELO, Marcela Araujo Lima; BATISTA, Francisca Miriane de Araújo. ATUAÇÃO DO PSICÓLOGO NAS SITUAÇÕES DE VIOLÊNCIA CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES NA ATENÇÃO BÁSICA À SAÚDE DA CIDADE DE CAJUEIRO DA PRAIA–PIAUI.2012

MOREIRA, Maria Ignez Costa; SOUSA, Sônia Margarida Gomes. Violência intrafamiliar contra crianças e adolescentes: do espaço privado à cena pública. *O social em Questão*, n. 28, p. 13-25, 2012. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/5522/552256742002.pdf>. Acesso em 09 de out 2021.

NUNES, Antonio Jakeulmo; SALES, Magda Coeli Vitorino. Violência contra crianças no cenário brasileiro. *Ciencia & saude coletiva*, v. 21, p. 871-880, 2016.DISPONIVEL EM: <https://doi.org/10.1590/1413-81232015213.06472015>.

Acesso em 01 junho 2021.

PAPALIA, Diane E.; FELDMAN, Ruth D. Desenvolvimento humano. Artmed editora, 2013.

PRAÇA, Fabíola Silva Garcia. Metodologia da pesquisa científica: organização estrutural e os desafios para redigir o trabalho de conclusão. *Revista Eletrônica “Diálogos Acadêmicos*, v. 8, n. 1, p. 72-87, 2015.

PIZZANI, Luciana et al. A arte da pesquisa bibliográfica na busca do conhecimento. *RDBCI: Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação*, v. 10, n. 2, p. 53-66, 2012.

Disponível em: <https://doi.org/10.20396/rdbci.v10i1.1896> acessado em: 14 de ou 2021

RÉ, Alessandro H. Nicolai. Crescimento, maturação e desenvolvimento na infância e adolescência: Implicações para o esporte. *Motricidade*, v. 7, n. 3, p. 55-67, 2011.Disponível em: <https://doi.org/10.6063/motricidade.103>. Acessado em 16 de out 2021

REIS, Deliane Martins; PRATA, Luana Cristina Gonçalves; PARRA, Cláudia Regina. O impacto da violência intrafamiliar no desenvolvimento psíquico infantil. *Psicologia*. pt, p. 1-20, 2018.

RICAS, Janete; DONOSO, Miguir Terezinha Vieccelli. Aspectos históricos da educação no Brasil versus violência física na infância: reflexões. *Rev Med Minas Gerais*, v. 20, n. 2, p. 212-217, 2010. Disponível em: <http://rmmg.org/artigo/estatisticas/315>. Acesso em 09 de out 2021

ROMARO, Rita Aparecida. Ética na psicologia. Editora Vozes Limitada, 2014

RONCHI, Juliana Peterle; AVELLAR, Luziane Zacché. Saúde mental da criança e do adolescente: a experiência do Capsi da cidade de Vitória-ES. *Psicologia: teoria e prática*, v. 12, n. 1, p. 71-84, 2010. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-36872010000100007&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 15 out. 2021.

RONZANI, Telmo Mota; RODRIGUES, Marisa Cosenza. O psicólogo na atenção primária à saúde: contribuições, desafios e redirecionamentos. *Psicologia: ciência e profissão*, v. 26, p. 132-143, 2006.

ROSE, Nikolas. Psicologia como uma ciência social. *Psicologia & Sociedade*, v. 20, p. 155-164, 2008. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/psoc/a/9vmjdfJLFkXYLcPbRNYgnbt/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em 17 mar 2021

RUIZ, João Álvaro. Metodologia científica. Guia para eficiência nos estudos, v. 4, 1996. Disponível em: http://www.fatecead.com.br/mpc/aula03_texto2.pdf. Acessado em 17 de nov 2021.

SAGIM, Mírian Botelho. Violência doméstica observada e vivenciada por crianças e adolescentes no ambiente familiar. Ribeirão Preto, 2008.

SILVA, Gisele Cristina Resende Fernandes. O método científico na psicologia: abordagem qualitativa e quantitativa. 2010. Disponível em:

http://pesquisaemeducacaoufrgs.pbworks.com/w/file/fetch/64878127/Willian%20Costa%20Rodrigues_metodologia_cientifica.pdf. Acessado em 09 nov. 2021.

SILVA, Jessica Cristina Tiago; DE ASSUNÇÃO MELO, Sara Cristina. VIOLÊNCIA INFANTIL: atuação do psicólogo no processo de auxílio à criança. *Psicologia e Saúde em debate*, v. 4, n. 1, p. 61-84, 2018.

SINIBALDI, Barbara. Saúde mental infantil e atenção primária: relações possíveis. *Revista de Psicologia da UNESP*, v. 12, n. 2, p. 61-72, 2013. 2013. Disponível em:

<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/revpsico/v12n2/a05.pdf>. Acesso em 30 de out, 2021.

SO Karen Namie Sakata et al. Vídeos institucionais podem contribuir ao debate para o enfrentamento da violência doméstica infantil? *Ciência & Saúde Coletiva* [online]. 2016, v. 21, n. 8, pp. 2347-2356. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1413-81232015218.04592016>>. Acessado 9 outubro 2021

SOARES, Fabiana Cruz et al. Políticas públicas de saúde mental para crianças e adolescentes: a atuação do psicólogo. *SANARE-Revista de Políticas Públicas*, v. 17, n. 2, 2018.

Disponível em: <https://sanare.emnuvens.com.br/sanare/article/viewFile/1264/672>. Acesso em: 09 nov. 2021.

SOUSA, Ana, Carolina, Pereira.; SILVA, Sandra. Nazaré. Pimenta. Violência

Doméstica Infantil. *Psicologado*, 2015. Disponível em:

<https://psicologado.com.br/atuacao/psicologiaclinica/violencia-domestica-infantil>.

SOUSA, Nelcy Soares et al. VIOLÊNCIA DOMÉSTICA INFANTIL E AS POLÍTICAS PÚBLICAS. Cadernos da FUCAMP, v. 12, n. 16, 2013. Disponível em:

<http://www.fucamp.edu.br/editora/index.php/cadernos/article/view/285>. Acesso em 09 de out 2021.

TONETTO, Leandro Miletto; BRUST-RENCK, Priscila Goergen; STEIN, Lilian Milnitsky. Perspectivas metodológicas na pesquisa sobre o comportamento do consumido. Psicologia: Ciência e Profissão, v. 34, p. 180-195, 2014.

TUMELERO, Naína. Pesquisa básica: material completo, com exemplos e características, 2019. Disponível em: <https://blog.mettzer.com/pesquisa-basica/>. Acessado em: 05 nov. 2021

VENANCIO, Sonia Ioyama. Por que investir na primeira infância? 2020. Disponível: <https://doi.org/10.1590/1518-8345.0000-3253>. Acesso em 08 out 2021

YOUNG, Mary Eming. Do desenvolvimento da primeira infância ao desenvolvimento humano: investindo no futuro de nossas crianças. In: Do desenvolvimento da primeira infância ao desenvolvimento humano: investindo no futuro de nossas crianças. 2010. p. 440-440.

ZAMBON, Mariana Porto et al. Violência doméstica contra crianças e adolescentes: um desafio. Revista da Associação Médica Brasileira, v. 58, p. 465-471, 2012. <https://doi.org/10.1590/S0104-42302012000400018>. Acesso em 17 mar 2021